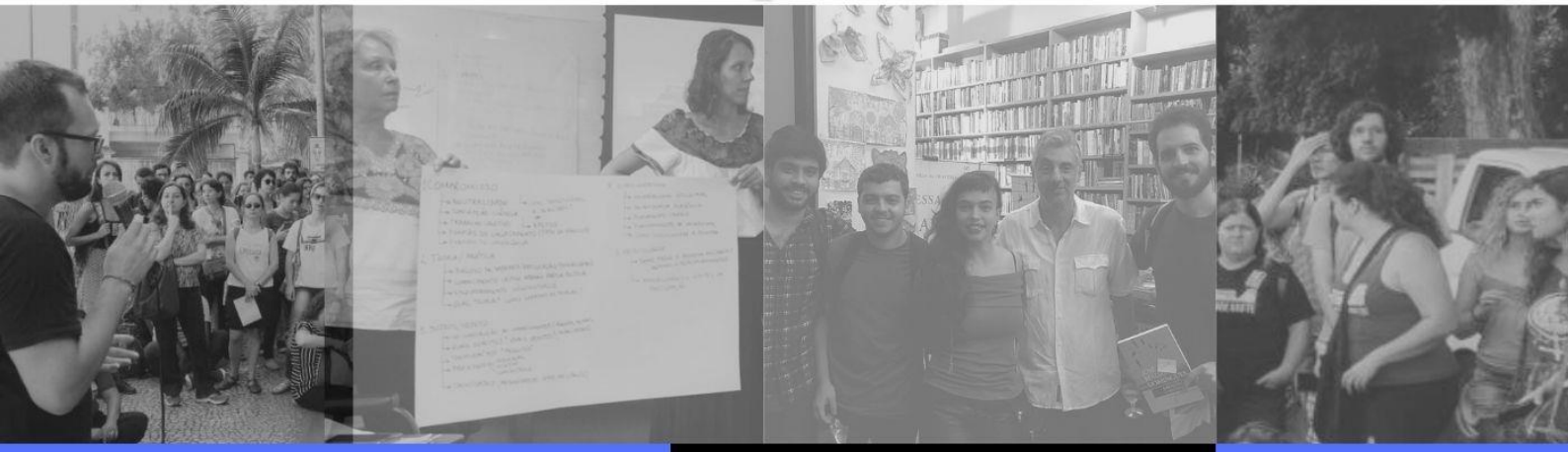
NÚCLEO DE ESTUDOS DE TEORIA SOCIAL E AMÉRICA LATINA

IESP.UERJ

Dezembro 2020 10



DOSSIÊ TEMÁTICO

15 anos do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Coordenação Executiva: Marília Closs

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº 10 – **15 anos do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL**

Rio de Janeiro – Dezembro de 2020

Documento de apoio à pesquisa organizado pelos pesquisadores do NETSAL

Responsáveis Editoriais: Hellen Oliveira, Luisa Harduim, Maria Eduarda Tavares, Marília Closs,Paula Baltar Gonçalves

Capa: Hellen Oliveira

DOSSIÊ TEMÁTICO

15 anos do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL

Sumário

1. Apresentação **2**

PARTE 1

2. 15 anos NETSAL - Diálogos 1: memória coletiva do NETSAL (2005-2020) - **María Maneiro, Fabrício Pereira da Silva, Rafael Rezende, Mariane Reghim, Breno Bringel, José Mauricio Domingues** **4**

3. 15 anos NETSAL - Diálogos 2: o novo ciclo político na América Latina - **Alice Soares Guimarães, Aléxis Cortés, Simone Gomes, Breno Bringel, José Mauricio Domingues** **18**

PARTE 2

4. *Eppur si muove*: Imaginário e política para além da pandemia – **Francisco J. M. Bedê** **41**

5. Desafios Latino-Americanos: uma breve resenha de crítica social – **Humberto Fernandes, Maria Eduarda Tavares, Marília Closs** **56**

6. Apêndice – **Coordenação Executiva NETSAL** **72**

1. Apresentação

Em 2020, o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina completou 15 anos de história. O grupo, fundado no antigo IUPERJ e hoje sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), tem a teoria social, a sociologia política, os movimentos sociais e a América Latina contemporânea como eixos centrais de suas agendas. Isso se reflete tanto na organização interna de seus subgrupos como nos temas gerais anuais que orientam os debates. Se nos últimos anos os principais temas agregadores das discussões do grupo foram os regimes políticos, os ciclos políticos, a sociologia política da crise, o imaginário moderno e a sociologia latino-americana, em 2020, como não poderia ser diferente, a discussão coletiva girou principalmente em torno dos significados sociológicos da pandemia e da construção de alternativas às múltiplas crises que vivemos hoje no subcontinente latino-americano.

O NETSAL comemora seus 15 anos em um momento atípico: em meio à pandemia de covid-19, as reuniões do grupo, mas também as celebrações de seu simbólico aniversário, ocorreram virtualmente. No dia 26 de novembro de 2020, foi realizado o conversatório "NETSAL 15 anos - Diálogos sobre a América Latina contemporânea: dos progressismos ao novo ciclo político". O seminário foi dividido em dois momentos: *Diálogos 1: memória coletiva do NETSAL (2005-2020);* e *Diálogos 2: o novo ciclo político na América Latina*. Na primeira mesa, María Maneiro, professora da Universidad de Buenos Aires, Fabricio Pereira da Silva, professor da Unirio, e Rafael Rezende, doutor pelo IESP-UERJ, trouxeram algumas impressões e lembranças de suas respectivas participações no grupo, resgatando discussões, eventos e pesquisas que foram desenvolvidas nos períodos em que participaram mais ativamente do NETSAL. José Mauricio Domingues e Breno Bringel fizeram, em seguida, breves comentários, e a pesquisadora Mariane Reghim coordenou a mesa. O primeiro texto deste dossiê é justamente uma transcrição, com algumas edições, deste primeiro diálogo do evento.

Na segunda mesa, Alice Soares Guimarães, professora da Universidad Mayor de San Andrés na Bolívia, Alexis Cortés, professor da Universidad Alberto Hurtado do Chile, e Simone Gomes, professora pela Universidade Federal de Pelotas, traçaram discussões sobre alguns aspectos conceituais e conjunturais do novo ciclo político que a

América Latina está vivendo. Alice discutiu o cenário político boliviano; Alexis fez apontamentos sobre a conjuntura chilena, e Simone se debruçou sobre os cenários mexicano e centro-americano. Breno e Mauricio fecharam o espaço com breves comentários desta mesa coordenada por Marília Closs. O segundo texto deste dossiê é uma transcrição, com pequenas edições, do segundo diálogo do evento.

Em seguida, temos dois textos de pesquisadores do NETSAL. O primeiro deles, de Francisco J. M. Bedê, discute as imbricações entre imaginário e política e suas consequências na pandemia da Covid-19, transitando por elementos ligados à economia política. Já no segundo, Humberto Fernandes, Maria Eduarda Tavares e Marília Closs assinam uma resenha múltipla sobre três obras recém-lançadas por referências nas discussões sociológicas na América Latina. Os autores discutiram criticamente *Crisis Civilizatoria* (2019), de Edgardo Lander, *La Nueva América Latina*, de Fernando Calderón e Manuel Castells, (2019) e *Hacia la Renovación de la Teoría Social Latinoamericana* (2020), coletânea de artigos escritos no âmbito do Grupo de Trabalho Teoria Social e Realidade Latino-Americana do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Para fechar o dossiê, incluímos, como tem sido praxe nos últimos anos, um breve apêndice com algumas das principais atividades realizadas pelo grupo ao longo do presente ano.

Boa leitura a tod@s!

Breno Bringel e José Maurício Domingues (Coordenadores do NETSAL)
Marília Closs (Coordenadora Executiva do NETSAL)

2. Diálogos 1 - Memória coletiva do NETSAL: 2005-2020

Breno Bringel:

Com muito prazer e muita alegria, gostaria de dar as boas-vindas a esse encontro de celebração dos 15 anos do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL), grupo fundado em 2005 no antigo IUPERJ. Nos últimos dez anos, já no IESP da UERJ, eu tenho o prazer de coordená-lo com meu colega e amigo José Maurício Domingues. É uma pena enorme que não possamos fazer essa atividade do NETSAL presencialmente, com o calor humano que nos caracteriza e que também marca nossos debates, mas não poderíamos deixar passar em branco essa data, mesmo em tempos tão difíceis e conturbados. E se temos algo a comemorar, é porque de alguma maneira estamos todos e todas orgulhosos/as da trajetória e do percurso do NETSAL até aqui. Mas, ao mesmo tempo, penso que é uma oportunidade ímpar de fazer balanços coletivos. Olhar para trás e ver o que fizemos, olhar para o presente e atentar para o que estamos fazendo, mas também olhar adiante e pensar o que podemos fazer. Para isso, programamos duas sessões diferentes de diálogos com pesquisadoras e pesquisadores que ao longo desses 15 anos foram passando pelo NETSAL (desde o seu início até os dias de hoje).

A primeira sessão de diálogo será dedicada a reconstruir a memória coletiva do NETSAL. Teremos três intervenções de integrantes do grupo que passaram pelo NETSAL em diferentes momentos: **María Maneiro**, professora da Universidade de Buenos Aires na Argentina; **Fabrício Pereira da Silva**, professor da UNIRIO; e **Rafael Rezende [Broz]**, o doutor mais recente pelo IESP-UERJ do grupo. Decerto, não vamos esgotar nesse diálogo tudo que fizemos, nem poderíamos fazer isso. Também não vamos poder ouvir todas e todos que passaram pelo grupo compartilhando suas próprias visões e experiências. Mas gostaria de recomendar um texto que foi escrito pelo Raul Nunes e pela Simone Gomes e recentemente publicado nos Cadernos de Estudos Sociais e Políticos (CESP, nossa revista discente do IESP)[1]. O texto informa mais sistematicamente

[1] NUNES, Raul; GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL): histórico, abordagens produções e contestações. Caderno de Estudos Sociais e Políticos, Rio

sobre a trajetória do NETSAL e recupera melhor alguns debates, encontros e a dinâmica do grupo. Vamos aos trabalhos, começando com María Maneiro. Após a primeira sessão, que será coordenada pela Mariane Reghim, José Maurício e eu faremos alguns comentários breves.

María Maneiro:

O que venho contar para vocês é sobre o comecinho do NETSAL. Vou nomear de pré-história do NETSAL. Ao chegar no antigo IUPERJ, José Maurício acabava de publicar o livro "**Interpretando a Modernidade**" [2003]. Ele me disse antes do NETSAL começar que estava trabalhando sobre esse tema do livro e gostaria de pensar nessas coisas para América Latina. Então, eu pensei que seria difícil, já que eram temas e alvos diferentes do que eu sabia. No entanto, foi maravilhoso porque aquelas ideias que eu tinha começaram a ter um olhar muito maior e de mais complexidade com outros elementos. Nem sempre a gente tinha ideias similares, mas era um desafio intelectual muito interessante. Com uma colega do IUPERJ, a gente começa a estudar percursos de pesquisa na Bolívia, Argentina e México tentando pensar o contexto político. Naquele momento, começaram os governos progressistas como o Lula no Brasil e Kirchner na Argentina, embora nada ainda no México. A ideia era pensar de que jeito poderia ter um olhar crítico dos governos progressistas a partir de alguns tópicos: comando estatal, autoritarismo, democracia e ciências sociais, modelos de desenvolvimento, problemas ambientais, possibilidades de políticas públicas mais democráticas e solidariedade. Neste sentido, começamos a vincular também a outros temas (que eram aqueles que me interessavam) como movimentos sociais, ação coletiva e temas de protesto. Este vínculo entre o que estava acontecendo no mundo, no contexto da política e as reflexões mais teóricas (que preocupavam Maurício) foi bem interessante para relacionar teoria e empiria.

Esse o comecinho do NETSAL possibilitou a publicação do livro "**América Latina Hoje**" [2006], que compilava aquelas coisas que nós pensávamos a partir da complexidade das pesquisas de Maurício sobre as discussões presentes na Europa e nos Estados Unidos e a modernidade global contemporânea. Foi nesse contexto que começou mais claro o que ele já estava pensando sobre a terceira fase da modernidade e sobre as dificuldades de circularidade política e do modelo de desenvolvimento do progressismo

de Janeiro, v.8, n.14, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/45308.

na região. Em algum sentido, para muitos colegas que estavam chegando, o "velho Maurício" das subjetividades coletivas (mais teórico e mais universal) se vinculou ao "novo Maurício" das discussões sobre América Latina e possibilitou um novo olhar sobre a teoria. A teoria não estava pensada como uma ferramenta analítica para o mundo, mas sim o tempo todo nivelando a abstração do contemporâneo em cada um destes lugares.

Com a chegada do Evo e do [Movimento ao Socialismo] MAS na Bolívia, um novo olhar nas discussões sobre a esquerda e os modelos de desenvolvimento resultou no livro "**A Bolívia no espelho do Futuro**" [2009], que participei com um artigo, mas que foi compilado pela segunda leva de pesquisadores do NETSAL, como Alice [Soares Guimarães] e Fabrício aqui presentes. O livro condensa muitas discussões do vínculo entre problemas do desenvolvimento, problemas do comando estatal, problemas do âmbito dos movimentos sociais e problemas sobre vínculos periferias-centro. Caso escolhesse o produto final deste primeiro momento do NETSAL seria o livro do Maurício chamado "**América Latina e a Modernidade Contemporânea**" [2009]. Estudar em outro lugar é poder olhar "desnaturalizadamente" aquilo que você é. Olhando para América Latina como uma argentina a partir do Brasil é um processo de reflexão tão diferente sobre seu próprio país, sobre a região toda, porque você passa a ser uma coisa e outra ao mesmo tempo. Esse é um grupo para pensar América Latina menos latino-americanista que eu conheci na minha vida e eu achei isso interessante, porque é bem menos fechado à produção só nativa. É um grupo que não está apenas pensado só para a atualidade e conjuntura, mas sempre está na conjuntura. Esse não é um grupo para pensar teoria, mas sabe o tempo todo que nada pode ser pensado sem teoria. Em algum sentido, a minha fala era sobre a pré-história do NETSAL. Obrigada.

Fabrício Pereira da Silva:

A fala da Maria foi sobre a pré-história do NETSAL, então a minha vai ser sobre a idade antiga do NETSAL. Eu ouvi dizer que assim como "no princípio era o verbo", aqui no princípio era o Maurício mesmo. Junto, tinha a María também que formou o NETSAL efetivamente. O NETSAL era basicamente o Maurício e a María. Por volta de 2005, eu estava fazendo um processo seletivo para o doutorado do IUPERJ e dei muita sorte porque a primeira pessoa que eu contatei para me orientar não gostou muito do meu tema e me indicou o Maurício. Eu fiquei um período curto sendo formado pela María e fiquei como coordenador executivo do NETSAL de 2006 a 2010. Como María observou bem, o tema daquela época era a aplicação das teorias do Maurício na realidade latino-

americana. Então eu tinha essa relação sempre entre teoria e empiria como uma relação muito forte, que encontrei em muitos poucos lugares depois daqui. A ideia era aplicar essa discussão da terceira fase da modernidade, das subjetividades coletivas e giros modernizadores na periferia, especificamente, na América Latina.

A María já falou dos resultados publicados desse período, mas também nesse período a gente organizou um seminário muito interessante com a participação do João Feres e Manuela Boatca reunindo os principais pensadores decoloniais. Não tem muitos muitos registros desse seminário, mas o Maurício escreveu uma crítica razoavelmente forte ao [Walter] Mignolo e apresentou no seminário. Mignolo passou a noite toda (de um dia para o outro) preparando a réplica e apresentou a réplica no dia seguinte, assim foi bem interessante este debate. A partir de 2010, o Maurício se dedicou a expandir os argumentos dele para as outras periferias e semi-periferias na África e na Ásia. E, nos últimos anos, ele tem tentado dar novos rumos para a teoria crítica de uma forma ecumênica. Ele tem polemizado bastante sobre o fim do ciclo progressista na América Latina e tem apontado mundialmente para a reoligarquização das democracias.

Todo esse novo período que eu não participei, de 2010 a 2020, o Breno entrou no NETSAL, e aí finalmente deixou de ser só Maurício. Novos temas foram produzidos, como o tema de redes e movimentos sociais transnacionais. A partir de um debate teórico mais forte dos novos movimentos sociais, história das Ciências Sociais na América Latina e outros temas fortes do Breno, a impressão que eu tenho - já acompanhando um pouco mais longe - é que foi tendo mais reuniões e mais atividades. Foi tendo também um número maior de estudantes e de novos eventos. As minhas últimas participações relevantes foram a organização das atividades dos 10 anos em 2015, lançando posteriormente um livro coletivo: "**Estudos de Teoria Social e América Latina**" [2016], com o Ricardo Nóbrega e com artigo da Maria.

Em termos de memória do NETSAL propriamente eu vou parar por aqui porque eu quero discutir alguns dos temas fortes do NETSAL e alguns temas fortes do Maurício. Quero fazer isso através da América Latina e particularmente através da Bolívia. Eu não vou apresentar nada sobre a Bolívia, não é meu tema aqui nesse seminário, mas eu vou usar o exemplo da Bolívia para abordar algumas das preocupações do Maurício e do NETSAL. O caso boliviano como exemplo é bom porque ele traduz as tensões principais das agendas teóricas e empíricas do NETSAL, pensando particularmente naqueles primeiros anos. Vou fazer isso rapidamente, pois considero que tal exemplo manifesta os debates no interior das esquerdas latino-americanas e da intelectualidade crítica na região

com dois temas principais: primeiro, qual é e qual foi o horizonte de emancipação e transformação projetado? O segundo tema forte que a gente tem discutir: qual é o papel da democracia e qual democracia nesse horizonte? Eu vou falar um pouquinho do balanço desse processo boliviano para começar.

O ciclo mal chamado progressista não foi de mudanças. Não é somente modificar o perfil social dos povos governamentais da representação parlamentar, já que hoje a Bolívia tem representação indígena e feminina notável. Houve uma razoável participação de movimentos sociais organizados no governo no começo, que foi crescentemente limitada e reduzida à constituição aprovada em 2009, mas não muito cumprida. Trouxe inovações interessantes como plurinacionalidade, democracia comunitária, bem viver ou também a redução da pobreza com aumento dos investimentos sociais sem que isso leve a economia nacional a uma desorganização e colapso, como diversas vezes acontece quando se tenta realizar mudanças, mesmo que mínimas, em países dependentes.

Por outro lado, a gente tem que admitir que nós apostamos na Bolívia; "a gente" digo: eu, Maurício, María, Alice e todo mundo aqui. A gente apostava muito na Bolívia dos anos 2000 naquele processo de câmbio e nos decepcionamos com o processo entre os países da onda rosa dos governos progressistas. No começo desse século XXI, a Bolívia aparecia o caso com a maior capacidade de inovação e com bases sociais mais sólidas para sustentar essas mudanças e inovações. No entanto, o que ocorreu foi um afastamento de propostas alternativas ao desenvolvimento, dando lugar a um projeto de desenvolvimento alternativo muito semelhante a qualquer projeto neodesenvolvimentista e neoextrativista implantado recentemente na região. O Maurício gosta de afirmar sempre a reprimarização, mas isso não deve ser considerado uma traição das nossas esperanças. Já desde antes da chegada ao poder, o MAS já estava equilibrando dois projetos: um mais alternativo baseado em cosmologias indígenas, mais holístico e mais comunitarista; e outro mais estatista, desenvolvimentista e com posições nacional populares que remetiam à Revolução de 1952. Ele estava equilibrado nesses dois projetos, e não dá para considerar que se prometeu um e realizou outro.

Neste sentido, o segundo tema que eu queria abordar é o tema das dificuldades da democracia na periferia, na modernidade contemporânea nessa terceira fase da modernidade. Como já é sabido, eu defendo que houve um golpe de estado na Bolívia em 2019, a partir de setores do Estado. Com uma derrubada violenta de um presidente que cumpriu o mandato legal, é um golpe de Estado. A convite dos militares, a renúncia e o motim policial dão para caracterizar como um golpe militar e policial. Porém, ao defender

que houve um golpe, é necessário fazer duas observações importantes e fundamentais: a primeira é lembrar que o MAS insistiu com o Evo após a derrota do plebiscito de 2016, que tinha negado a possibilidade da reeleição. Assim, perdeu boa parte da legitimidade e apoio que tinha. As regras do jogo até podem ser modificadas no meio caminho, mas tem que ter votação popular. Não pode ter pressa para discussão em torno disso, nem para buscar subterfúgios como os direitos humanos. Então já havia uma percepção acertada que estava aberta a possibilidade de maior domínio do Estado e de uma maior deriva autoritária, no caso de mais uma reeleição do Evo. Nesse caso havia um processo de oligarquização pela esquerda já em curso antes das eleições. Evo Morales não poderia ser candidato, e isso é o que eu quero significar com as dificuldades de parte das – e não vou falar nem das direitas - esquerdas de assumir a democracia como seus fins, e entendendo ainda como um meio.

Outro ponto importante e fundamental é reconhecer que boa parte dos setores sociais que foram para as ruas nos dias seguintes à eleição de 2019 não estavam em busca de um golpe de Estado e de um governo de extrema-direita, que foi o resultado final do processo. Os movimentos sociais, os intelectuais críticos e os setores progressistas da juventude que exigiam naquele momento mais participação e mais democracia não podem ser responsabilizados pelo o que aconteceu depois no golpe de 2019. Seria o mesmo que afirmar que os protestos de junho 2013 no Brasil levaram ao resultado autoritário do golpe institucional de 2016 e eleição do Bolsonaro em 2018, ou seja, seria completamente absurdo. Como a Bolívia era o lugar de expectativas da maioria de nós aqui, era também o símbolo do progressismo com alguns avanços e com muitos limites. É um símbolo também dos limites dos valores e do potencial transformador e revolucionário da modernidade no século XXI, particularmente em condições de dependência. É também um símbolo dos limites da democracia e dessa reoligarquização que o Maurício fala, pela direita e pela esquerda. Também, é símbolo das diferenças no interior das esquerdas e dessa intelectualidade crítica latino-americana.

A partir daí, é possível pensar na agenda do NETSAL nos três primeiros anos, mas ainda até os dias de hoje. A Bolívia exemplifica um problemão que a gente tem de tentar sair desse buraco em que a gente se meteu. Eu espero que os próximos 15 anos do NETSAL sejam tão produtivos quanto os 15 anteriores, procurando refletir sobre a possibilidade de sairmos desse labirinto. Passo a palavra para o próximo colega que vai falar da da idade moderna e contemporânea do NETSAL. Obrigado.

Rafael Rezende [Broz]:

Curioso a Maria ter falado da pré-história e o Fabrício ter falado da idade antiga; eu vou falar da modernidade do NETSAL. Modernidade porque, quando entrei, o NETSAL estava passando por um processo de aumento populacional (vamos chamar assim) e o grupo de pesquisa estava crescendo muito. Assim, rolou uma certa divisão do trabalho, já que estavam se constituindo os subgrupos de pesquisa. Isso foi em 2014. Já retomo esse ponto, pois vou contar rapidamente uma história pessoal. Eu estava me formando na graduação, estava escrevendo minha monografia sobre movimento social na América Latina e meu orientador disse que, se eu quisesse entrar na academia, eu tinha que ir lá para o NETSAL procurar o José Maurício e o Breno.

Tanto na fala do Fabrício quanto na fala da Maria, eu identifiquei algo que para mim é muito caro e muito importante do NETSAL, que é a interface entre a teoria e a conjuntura. Muito evidente para mim, o NETSAL sempre foi um grupo de teoria crítica. Aqui a teoria crítica é pensada como um campo muito mais amplo do que um mero marxismo. Teoria crítica, porque a teoria sempre interpelou a realidade, e a realidade sempre interpelou a teoria - e isso sempre foi para mim muito importante. Não é simples achar espaços onde se possa fazer uma discussão de conjuntura (discutir política e como anda o mundo, país ou a região) e, ao mesmo tempo, conseguir fazer isso de forma teoricamente orientada criando interfaces com diferentes autores e discutindo diferentes propostas. Para mim, esse sempre foi o grande valor do NETSAL.

Eu lembro que, um pouco antes de eu fazer a prova para o IESP-UERJ, em 2013, teve as jornadas de junho. Eu tinha comentado com um amigo que eu queria estudar com Maurício ou com Breno, e, quando eu estava numa marcha, um amigo apontou e disse que aquele cara ali era o Breno Bringel e com ele que eu deveria conversar. Então mandei um e-mail, conversei, estudei e entrei em 2014. Confesso que não sabia direito como é que funcionava um grupo de pesquisa. Cheguei ali meio fingindo que sabia onde eu estava, mas não sabia direito. Contei com a ajuda de muita gente mais velha do que eu e posso citar nominalmente aqui a Simone [Gomes], que vai estar na próxima mesa. Ela que foi minha guia dos primeiros passos no grupo.

2014 foi um momento muito intenso porque a gente tinha acabado de ver aquele 2013. Não sabíamos ainda, mas estava no pré 2015, de toda aquela movimentação de direita na rua, e foi um período bastante rico. Eu sei que talvez seja um uma forma de olhar o meu momento de vida agora, mas eu tenho a impressão que a história acelerou, pelo menos a história brasileira acelerou depois de 2013. Muita coisa acontecendo de

forma muito rápida o tempo inteiro. E, obviamente, desde um pouco de vista democrático e de esquerda, acabou sendo muito ruim. Foram muitas crises e muitas derrotas, mas ao mesmo tempo foi um material muito rico para se trabalhar, discutir e pensar. Nesse ponto de vista, foi muito bom estar no NETSAL nesse momento. O NETSAL estava com duas pessoas (Breno e Maurício) que têm trabalhos diferentes e pontos de vista diferentes, mas que se encontram, se cruzam e dialogam muitas vezes, e se complementam muitas vezes também. A gente convive de uma forma muito agregadora do ponto de vista intelectual.

Então, em 2014, ao mesmo tempo que a gente estava tentando entender o que estava acontecendo no mundo, o NETSAL estava passando por uma reorganização. Com o seu crescimento, a construção dos quatro subgrupos iniciais foram: o de sociologia latino-americana, vinculado a uma pesquisa que Breno tocava mais sobre o CLAPCS e a história das Ciências Sociais na América Latina; o grupo de teoria e modernidade, que era um grupo mais vinculado aos trabalhos do Maurício; o grupo de Brasil; e o grupo de movimentos sociais, que, pouco depois, ganha um grande edital da CAPES para pesquisar as reconfigurações do ativismo no Brasil após 2013.

Fiz um pequeno apanhado dos eventos e das coisas que a gente passou nesses anos de 2014 a 2020 que eu estive presente como estudante do IESP. Lembro que o primeiro evento foi o chamado "**Seminário hispano-brasileiro - reconfigurações geopolíticas e transformações regionais: diálogos América Latina e Europa**" [2014]. Em seguida teve um seminário internacional que foi realizado no IFCS chamado "**Diálogos Movimentos Sociais e Universidade na América Latina**" [2014]. No ano seguinte, em 2015, eu recordo que a gente ganhou nossa primeira sala. A sala do NETSAL era dividida com o LABMUNDO [Laboratório de Análise Política Mundial] que ficava no [prédio número] 47. Eu pessoalmente fui lá com o professor Carlos Milani limpar a sala, encerar a madeira e empurrar os móveis. No ano seguinte, em 2016, teve um evento muito bacana que se chamou "**The Modern Imaginary and Developmental Trends: a Conference**" [2014], com a participação da Kathya Araújo, Wolfgang Knöbl, Craig Brown, Andreas Kalyvas e Paula Diehl. Foi um evento muito interessante, porque o tema que organizava as discussões do NETSAL era a questão do imaginário e das tendências de desenvolvimento, que era uma forma da gente se aproximar desse debate para pensar: o que está acontecendo com o mundo? Para onde a gente está indo? Quais são as tendências de desenvolvimento desse estágio da modernidade onde nós nos encontramos?

No ano de 2017, a gente passa a trabalhar com tema da sociologia política das crises, porque era uma resposta ao que estava acontecendo no Brasil de 2015 e 2016. Mas

era também uma resposta às crises que estavam começando a surgir nesses países que partem dessa onda progressista, que começavam a encontrar um fluxo a partir de 2016 com o impeachment da Dilma, com a derrota do peronismo na Argentina, com as crises econômicas que começam a surgir e depois se tornam galopantes na Venezuela. A gente organiza em 2017 dois eventos muito bacanas: o primeiro se chamou "**O Capital 150 Anos Depois**" [2017] com a presença da professora Andréia Galvão da UNICAMP e da professora Virgínia Fontes da UFF para discutir a obra que estava comemorando os 150 anos da sua primeira publicação. No mesmo ano, a gente também organizou o simpósio "**Poder e Alimentação: diálogos entre saberes e fronteiras**" [2017], que era uma discussão muito interessante que envolvia a dimensão social da alimentação, mas também movimentos sociais, meio ambiente e os atingidos pelo agronegócio. Em 2018, organizamos o seminário "**Interações entre Movimentos Sociais e Direito**" [2018], também muito bacana e já entrando um pouco no terceiro tema trabalhado pelo NETSAL desde que entrei no grupo, que é o tema dos ciclos políticos. A partir do nosso pensamento do tema anterior - da sociologia política da crise - surgiu essa ideia de trabalhar os ciclos políticos para basicamente entender onde está América Latina e onde a gente se encontra nesse momento.

Foi um período muito rico que passei no NETSAL. Conhecer nesse período pessoas como a María Maneiro - que, assim que entrei no NETSAL, conheci a partir de um livro que encontrei num sebo. Esse mesmo livro já citado "América Latina Hoje", organizado pelo Maurício, que já era meu professor e por "uma tal de María Maneiro", que eu não conhecia pessoalmente ainda, e que fui conhecer anos depois em um evento do núcleo. É engraçado, porque, toda vez que a gente encontra alguém que foi do NETSAL, você sabe que aquela pessoa mais ou menos passou por algumas mesmas leituras que você, conhece certos autores e identifica certas questões. Então há uma espécie de código de linguagem para quem estudou no NETSAL que a gente entende. Por exemplo, tem um artigo da Maria citado na minha dissertação de mestrado, o Fabrício participou da minha banca de mestrado e foi citado na minha tese de doutorado, e o Maurício esteve na minha banca de mestrado e de doutorado. É uma espécie de comunidade onde a gente se conhece do que a gente viveu não necessariamente junto, mas que já temos agora pelo menos três gerações de NETSAL em 15 anos. Assim, trilhando um certo caminho intelectual e acadêmico da teoria crítica. A teoria crítica aqui é entendida de uma forma bem mais ampla e que interpela a realidade, mas que também se deixa ser interpelada pela realidade. Para mim, essa sempre foi a riqueza do NETSAL

como grupo de pesquisa. Agradeço ao Breno, Maurício, Marília e Mariane. Um grande beijo e abraço para vocês.

Mariane Reghim:

Eu sou contemporânea do Rafael, mas eu queria comentar sobre "o bebê" que está sendo gerido para os próximos aniversários do NETSAL. Acho que tem a ver um pouco com a divisão dos subgrupos que o Rafael trouxe antes. Uma coisa interessante que todo mundo falou é como o NETSAL sempre consegue conciliar agendas de pesquisas que são pessoais e individuais mas que de certa maneira se transformam em projetos coletivos. Isso é bonito e interessante. Eu acho que a ideia nessa mesa era tratar um pouco isso também: de que maneira pessoas com trajetórias diferentes e que entraram com objetivos diferentes no NETSAL participam de uma construção coletiva. Se nós estamos comemorando os 15 anos hoje foi porque tivemos a sorte de contar com tantas outras pessoas que não estão aqui, mas também ajudaram a construir o núcleo de pesquisa.

O que atualmente tem a ver com o grupo de movimentos sociais e com a pandemia, que nos assolou neste ano, foi a criação do Observatório de Movimentos Sociais da América Latina [OMSAL]. O observatório lançou dois "Comunica América Latina"[2], que são boletins trimestrais com exercícios de pensar cada país da América Latina sobre como estão sendo as respostas dos movimentos e das ruas e locais do cotidiano das pessoas, para além dos espaços do Estado. O Estado toma posições importantes, mas o objetivo é pensar para além disso. Os dois boletins estão no site do NETSAL. Para a segunda edição a gente contou com a ilustração do Matheus Ribs e que ficou muito bonito para pensar a América Latina na sua estética também.

José Mauricio Domingues:

Uma coisa que ficou clara nas três intervenções é que o NETSAL, desde o começo, se caracterizou por essa junção, que é bastante complexa, bastante rica e que deu uma dinâmica bem interessante de três elementos cruzados: América Latina, teoria e política. Desde quando começamos, o Breno ainda não estava, mas ele somou forças: as coisas seguiram exatamente nessa direção. Em parte porque a minha trajetória e a trajetória do Breno estão marcadas pela entrada nas Ciências Sociais pela política. Eu

[2] Disponível em: http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/observatorio/.

acho que nós não conseguimos pensar as Ciências Sociais sem pensar a política. Eu acho que isso está no centro do que se faz aqui, e faz o NETSAL funcionar do jeito que funciona. Do meu ponto de vista, a teoria social é o que caracteriza mais claramente meu trabalho. Falo sobre qualquer coisa, desde que seja a partir do ponto de vista da teoria social, inclusive sobre coisas que às vezes eu nem entendo direito, mas que desde a teoria está tudo resolvido. Por outro lado, se a gente lembrar direito, também tem um livro de 2003 ("Do Ocidente à modernidade") que inclui um artigo de 1992 sobre intelectuais latino-americanos.

Na verdade o NETSAL nasce na confluência dessas duas perspectivas de trabalho: pensar os intelectuais na América Latina e realidade latino-americana – e foi aí que eu fui estudar a teoria social e a questão da teoria. De repente essas coisas se juntam e depois se ampliam de novo – e aí vou parar na sociologia política de uma forma mais sistemática. Mas essas três coisas sempre estiveram no cerne da forma do NETSAL funcionar, e os subgrupos expressam isso também de uma maneira bastante direta. Diga-se de passagem que os pesquisadores trabalham com a maior liberdade no grupo, o que eu acho que é muito positivo; é assim como gosto de pensar a política, também gosto de pensar a pesquisa assim também.

Bem, em 2010/2011 o NETSAL tem uma enorme ampliação com a chegada do Breno. A gente não tinha reuniões, isso não acontecia. Eu tinha poucos orientandos. A Maria é a minha segunda orientanda e só depois comecei a ter orientandos brasileiros. Ninguém mencionou, não lembro quem estava coordenando, se não me engano a Joyce, mas em 2012 a gente realizou o maior seminário que o NETSAL organizou que deu origem em 2015 a um livro publicado em inglês ("**Global Modernity and Social Contestation**") com gente de muitos lugares, não só da América Latina. Trouxemos pesquisadores do mundo inteiro, do Egito, da Europa e também que trabalha com a China. Foi um seminário bastante grande e que era uma marca também de para onde o NETSAL estava indo, essa coisa mais global, sem nunca perder de vista a América Latina e sem nunca perder de vista a teoria.

Enfim, é muito bom ver todo mundo ou quase todo mundo aqui.

Breno Bringel:

Obrigado a todos e todas pelos comentários e exposições. É sempre bacana reconstruir um pouco do grupo a partir de olhares diversos. Para mim, o NETSAL começou no início de 2010 bem longe do Rio de Janeiro: nos bares de Cambridge. Foi

um período que eu e Maurício estávamos na Inglaterra e bebíamos muitas cervejas juntos porque não tínhamos nada para fazer, além de ler, estudar e pesquisar. Ali eu acho que começou a surgir boa parte das afinidades pessoais, mas também as convergências intelectuais que apareceram nas falas de todos e todas vocês: a preocupação pela teoria, pela América Latina, pela política, mas sobretudo por um olhar que atravessa isso a partir de uma perspectiva do conflito social, com uma leitura global das coisas. Eu acho que isso é de fato importante porque existe um certo latino-americanismo provinciano que não ajuda muito e que, mesmo sendo supranacional e regional, olha muito para o umbigo. Me parece que essa é uma fortaleza, um ponto importante do NETSAL, que é esse olhar global para a América Latina, mas também para como se pensa a própria teoria. Pensar teoria não como uma exclusividade dos debates teóricos europeus e norte-americanos, mas também tentando pensar a teoria de maneira um pouco mais elástica, ampla e plural. Acho que a gente desenvolveu bastante disso nos últimos anos.

Não teria muito mais para acrescentar ao que já foi dito. Há nas intervenções que foram feitas aqui uma breve viagem pelo percurso do NETSAL ao longo destes anos, mas talvez com uma lacuna do momento de expansão que o Maurício mencionou, que foi o período de 2011 a 2014, quando Fabrício já havia saído e o o Broz ainda não havia entrado. Esse período de 2011 a 2014, que é quando a Simone [Gomes], participa mais ativamente – também o Alexis [Cortés] e muitas outras pessoas –, foi o período de grande crescimento do núcleo. A meu ver, a grande questão é que o NETSAL deixou de ser um núcleo de estudos para ser um grupo de pesquisa coletiva. A "n" de Núcleo ficou no nome, mas a realidade já era outra. Essa foi uma diferença importante porque o grupo cresceu numericamente, mas mudou também a dinâmica no sentido de proliferação de atividades e de realização de pesquisas coletivas. Acho que esse foi um passo muito rico e interessante, porque é nas pesquisas coletivas onde há maior dificuldade, mas também maior riqueza no intercâmbio, no processo de aprendizagem de como se faz pesquisa, de como lidar com problemas práticos. Acho que isso contribui muito também para a formação de todas enquanto pesquisadoras e pesquisadores.

Queria aproveitar para compartilhar alguns dados sobre o volume do trabalho do NETSAL. Durante esse período de existência, o grupo formou 25 mestres e 32 doutores em Ciência Política e em Sociologia. Houve 13 projetos de pesquisas financiados; quatro projetos de cooperação internacional; 23 pesquisadores visitantes do exterior de 13 países diferentes que ficaram no IESP e no NETSAL durante um tempo, para além de muitíssimas outras acolhidas informais. Recebemos também muitas pessoas para vários

seminários nacionais e internacionais que organizamos durante esse tempo; mais de uma dezena de membros do grupo fizeram doutorados-sanduíche no exterior. Participamos também ativamente de redes de pesquisa no Brasil e no exterior, além de associações científicas e institucionais regionais e internacionais, como ALAS, CLACSO e ISA. Em suma, há um volume de atividades e de pesquisa muito significativo.

Outro ponto relevante é a extensão. Ou seja, o NETSAL aos poucos passou não só a pensar a política criticamente, mas também a intervir no debate público e a construir diversos projetos de extensão com os movimentos e com organizações sociais, que renderam muitas atividades, experiências e projetos interessantes. A articulação entre universidades e movimentos sociais, que foi criada em 2011 com pesquisadores/as e militantes do Rio de Janeiro; a rede latino-americana de pesquisa militante, que tem seu germe inicial neste grande encontro que o Broz mencionou sobre pesquisa militante em 2014; e assim por diante... um processo que foi, desde então, tocado adiante e que continua hoje forte nos últimos anos em parcerias com a FASE, o PACS e uma série de grupos com os quais mantemos uma relação próxima. Acho que o NETSAL traz uma outra forma de fazer extensão nos territórios do Rio de Janeiro, trazendo a América Latina não como algo longínquo, pois o Haiti é aqui.

Para concluir: são muitas gerações que foram passando pelo NETSAL, foram várias fases - talvez estejamos agora na quarta fase. Esse momento também é o momento oportuno para pensarmos, como dizia antes, não só o que fizemos, mas como podemos, a partir dessa trajetória, olhar para adiante e começar a repensar algumas coisas e identificar gargalos e possibilidades. Para além de números e de todas essas agendas mais substantivas que fomos desenvolvendo nos últimos anos sobre teorias, sobre movimentos e sobre pensamento latino-americano, me parece que o NETSAL também se converteu em um espaço de confiança; em um espaço de produção coletiva de conhecimento; em um espaço de afinidades. Em outras palavras, em um espaço de cuidados, de criar juntos/as e de dividir angústias. E isso sempre é crucial num grupo de pesquisas, porque faz com que o grupo não seja algo protocolar, mas sim uma coletividade, na qual nos identificamos com os outros, com as outras a despeito de nossas diferenças. Esse não é um detalhe menor, é algo bonito e importante de ser cultivado. Obrigado a todas/os.

Figura 1: Diálogos Latino-americanos - Universidades e Movimentos Sociais (2014)

3. Diálogos 2: o novo ciclo político na América Latina[3]

A segunda mesa do evento, intitulada "O novo ciclo político na América Latina", contou com uma discussão conjuntural sobre a região, ainda que não tenha sido restrita somente às análises de curto prazo. Mais especificamente, os países abordados foram a Bolívia, o Chile, o México e alguns países da América Central. A mesa foi composta por três pesquisadores associados ao NETSAL, hoje docentes em diferentes universidades: **Alice Soares Guimarães**, doutora em sociologia pelo IESP-UERJ (2010), docente investigadora na pós-graduação em Ciências do Desenvolvimento na Universidad Mayor de San Andrés, em La Paz na Bolívia; **Alexis Cortes**, doutor em sociologia pelo IESP-UERJ (2014), professor e pesquisador no departamento de sociologia da Universidad Alberto Hurtado do Chile, onde é diretor do mestrado em sociologia, e vice-presidente do Colégio de Sociólogos e Sociólogas do Chile Associação Gremial; e **Simone Gomes**, doutora em sociologia pelo IESP-UERJ (2016), professora do departamento de ciências sociais da Universidade Federal de Pelotas, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Ação Coletiva Movimentos e Violência (LAMOV) da UFPEL, pesquisa temas relativos à violência, ao narcotráfico e aos movimentos sociais com foco na América Latina. Após o panorama trazido pelos três convidados, **Breno Bringel** e **José Maurício Domingues,** coordenadores do NETSAL, fizeram algumas reflexões e comentários mais abrangentes sobre a região, sobretudo ao que diz respeito à definição do conceito de ciclos políticos. Além disso, a mesa contou com a coordenação de Marília Closs, pesquisadora e coordenadora executiva do NETSAL.

Alice Soares Guimarães:

Gostaria de fazer algumas considerações, seguindo a tradição que vocês já ressaltaram do NETSAL, que o foco central não é a análise de conjuntura, mas sim essa articulação entre a teoria e a empiria. Então, vou começar a questionar o próprio nome do evento, que é "Dos progressismos ao novo ciclo político" e também [nome] o dessa mesa

[3] Este texto é composto pela transcrição, com pequenas edições, das de Alice Soares Guimarães, Alexis Cortés, Simone Gomes, Breno Bringel e José Mauricio. A transcrição foi realizada por Maria Eduarda Tavares e revisada por Marília Closs, pesquisadoras do NETSAL.

"O novo ciclo político na América Latina". Eu tenho problema com todos esses termos: eu não sei se realmente teve progressismo, eu não sei se tem um novo ciclo político e eu acho que tem um problema relacionado ao "ciclo político" e também ao falar de "América Latina". Então, eu vou falar um pouco o que eu acho que está se passando na conjuntura da Bolívia. Mas antes eu queria pensar um pouco nessas ideias.

Então, primeiro, apesar de não usar o conceito de ciclos políticos, pois utilizo somente o de ciclo de protestos, eu acho que a maneira como a ideia de ciclos políticos é utilizada – e não estou dizendo que o conceito não serve - mas acho que é utilizada de uma forma muito amorfa, sem definição. O que a gente realmente está falando quando a gente fala de ciclo político? O que define? Qual é a estrutura? Qual é o início? O que caracteriza o início e o fim de um ciclo político? Eu acho que é um "*catch word*" que jogamos de maneira muito fácil, e a maioria das pessoas que utilizam, utilizam sem muita precisão. Eu acho que pode ser um conceito válido, mas que falta maior reflexão do que a gente está falando teoricamente. É um conceito descritivo, é um conceito analítico, do que a gente está falando com ciclo político? Esse seria um primeiro ponto que eu queria levantar.

Depois, a respeito da América Latina, mais especificamente da América do Sul. Essa ideia de ciclo sempre me pareceu um pouco problemática. Olhando a história recente, a gente tem um ciclo autoritário, depois vem um ciclo da redemocratização, a terceira "*ola*" do [Guillermo] O'Donnel, depois vem o ciclo neoliberal autoritário, depois esse ciclo progressista – e agora, essa ideia de regressão democrática, um novo ciclo que é um retrocesso desse ciclo progressista. Eu, falando desde a Bolívia, acho que o ciclo autoritário na Bolívia seguiu muito diferente do que foram os governos autoritários no Chile, na Argentina, que tem características muito especiais. Todo o governo militar aqui na Bolívia, o período militar, foi o pacto com os camponeses, o pacto militar campesino. Por outro lado, esse ciclo neoliberal na Bolívia não foi igual ao do Brasil ou da Colômbia. Talvez, um exemplo que se assemelhe seria o da Guatemala, que alguns autores como Charles Hale chamam de neoliberalismo multicultural ou de multiculturalismo neoliberal, depende da onde se coloca a ênfase.

Então, eu não questiono que a América Latina, para algumas dinâmicas e para algumas análises, possa ser pensada como uma região, como unidade, mas eu acho que, nessa ideia de ciclo político, é difícil de falar de um ciclo político na América Latina. Eu acho muito complicado homogeneizar. Em outras questões a gente pode tratar a região como região, mas, nesse ponto de ciclos políticos, eu acho bastante complicado: acho que

é uma ideia que mais atrapalha a entender o que está se passando e as diferentes dinâmicas, do que realmente compreender. Então, tendo questionado essa ideia, sobre a América Latina e sobre os ciclos. O que há de novo? Que novo ciclo? Eu um pouco tratei minimamente de fazer uma definição do que eu vou chamar de ciclo, porque como eu falei, não é um conceito que eu utilizo. Mas, tentei nos últimos dias dar uma olhada no que eu poderia entender como um ciclo político e fui mais pela etimologia.

Essa ideia de ciclo, que é um pouco utilizada na filosofia grega antiga, como a ideia de um evento, que tem um começo, um desenvolvimento, mas no final volta ao seu início. E existem duas versões dentro dessa interpretação da filosofia antiga: de que, quando volta ao começo, se repete com as mesmas etapas; e outras dizem que quando volta a esse começo, pode ser a mudança de ciclo, ou pode se repetir ou não. Então, é uma definição completamente pobre, e reitero, eu acho que é um conceito que pode ser relevante, mas que é pouco trabalhado de forma teórica. Eu acho que a gente usa de maneira muito fácil "ciclos políticos", sem realmente definir muito bem. A maior parte dos autores que utilizam esse conceito não discute o que eles [os ciclos] significam.

Então, feito este adendo, outro adendo que farei é de que eu nunca apostei que o governo do [Movimento ao Socialismo] MAS e do Evo Morales seriam um início de um ciclo progressista. Essa sempre foi uma crítica minha e sempre achei que a eleição do MAS era na verdade um problema do ciclo. Como assim um problema do ciclo? Então, vamos falar antes de eu chegar onde estamos hoje. Eu acho que, se há um ciclo, é um ciclo que começa já no final dos anos 1980, e que nos 1990 se consolida como uma junção de diferentes atores populares. Estamos falando de atores indígenas, atores sindicais, tanto urbanos como rurais, que eram fragmentados, por exemplo, entre indígena terra alta e terra baixa. Havia conflitos fortes. As maiores organizações indígenas de terra baixa surgem a partir das brigas da saída de organizações mais amplas, então tinha essa fragmentação. Mas, nos anos 1990 há uma conjunção de juntar essas diferentes perspectivas e demandas. Temos que pensar que são atores populares que estão enfrentando historicamente diferentes campos de conflitos, mas há essa conjunção no final dos anos 1990, que se desemboca em 2000, em um ciclo de protestos: a guerra da água, a guerra do gás - e tudo isso logrou uma nova conjunção onde esses atores se unificaram.

Isso culmina - um pouco vou parafrasear a ideia do Perry Anderson quando ele fala do ciclo político socialdemocrata - que o auge é o começo do declínio. Então, quando esses diferentes movimentos se juntam no pacto: primeiro criando o que era o instrumento

político para a soberania dos povos (IPSP), e que se juntam em um Pacto de Unidade e depois usam a sigla do MAS; mas eu acho que eleição do Evo Morales é quando esse ciclo começa a declinar. Por quê? Porque eu acho que se pode falar que no discurso mudou muita coisa, mas na prática não mudou.

Então, no exercício da política, quando a gente fala de ciclo político, a gente está olhando para qual institucionalidade? É Estado e sociedade? É a relação dos dois? O que define um ciclo político? Porque, em termos de política, a mudança é muito pouca: a gente tem muito mais continuidade com o período neoliberal do que descontinuidade. O modelo de desenvolvimento: discursivamente é completamente favorável ao "*buen vivir*", a "pachamama", mas seguiu um modelo que é extrativista, que é um modelo de extrativismo primário. O agrobusiness, principalmente a soja, não só cresceu como também se transnacionalizou; então se nacionalizam os hidrocarbonetos, mas as grandes propriedades de soja são um transnacionalismo regional, onde a maior parte é de grupos brasileiros e argentinos - e isso se fortaleceu muito no governo do MAS.

Esse modelo de desenvolvimento tem impacto em outro tema, que deveria ser central nessa mudança, nesse "novo" ciclo, que é a ideia de terra e território. A demanda de território dos povos indígenas se vê completamente afetada porque esse modelo extrativista, de gás, petróleo e mineração está predominantemente em terras que deveriam ser indígenas e de autonomias. Então, se por um lado a constituição fala em direitos à consulta, as leis que vieram depois da nova constituição e que realmente põem a nova constituição em prática falam: "não, mas essa consulta não é vinculante". Teve uma recondução da reforma agrária - a questão da terra – mas a maior parte das terras foi distribuída para os grandes proprietários. A lei põe um limite de 5.000 hectares, mas eles podem fazer grupos, onde cada um pode ter 5.000 hectares e criar cooperativas de agrobusiness E também não é retroativa: todas as grandes propriedades anteriores foram mantidas. Então toda a legislação que vem depois dessa constituição muito bonita, muito "*buen vivir*", vai contra esse espírito e essa mudança. Então mantivemos aí a questão neoliberal.

Em outros temas nos quais eu trabalho, como a questão indígena, a questão campesina e a questão de gênero. Na questão de gênero é a mesma coisa: as políticas são as mesmas. É uma perspectiva de gênero, desde o individual, liberal, direitos dados "desde cima para baixo", igualdade de oportunidades, que já foi muito criticada em várias teorias feministas. E adicionada a questão do *Chacha-warmi*, da complementariedade,

que as próprias feministas indígenas denunciam que é uma complementariedade hierárquica. Não quer dizer que, por ser complementar, seja horizontal.

Então, estas continuidades confundem as coisas: é um ciclo progressista? Nos temas que eu trabalho, não: continuou em grandes linhas. Teve mudanças? Teve, simbolicamente. Mas, realmente, em termos das políticas que eu analiso, das dinâmicas que eu analiso, tiveram continuidades. O que não quer dizer que não vem de uma mudança. Então, eu acho que é um ciclo popular que começa e culmina com a eleição do Evo Morales, que é quando o ciclo realmente começou a declinar. A eleição do Evo Morales não é um começo de um novo ciclo, senão um declínio de um ciclo que começou desde o katarismo e que consegue se consolidar, mas começa a declinar no momento que entra o Evo.

Então, o que acontece agora com a reeleição do MAS? Com a eleição do Luis Arce? Bom, o Arce não ganha pelo Morales, mas apesar de Morales. As próprias pessoas do MAS fizeram sua mea-culpa, insistiram. Já na constituinte houve problemas, o interesse de vários grupos indígenas e feministas foram excluídos. Em 2010, a gente tem o governo do MAS construindo estrada no meio de terra indígena, quando eles protestaram, mandaram o exército bater no grupo indígena e desde aí vários grupos saíram do MAS. Então, qual é o cenário de agora com essa relação do Arce e com essa grande perda do Morales? Eu não chamaria de golpe de forma alguma. É uma reação e, se teve fraude ou não, não vou entrar nisso. Mas, mesmo que o resultado fosse real, o Morales teria 44%, e o Arce teve 55%, então é muito mais. Isso mostra uma reação a isto que poderíamos chamar de um sequestro desse ciclo popular que aconteceu durante esses anos. Pelo menos desde 2010, o governo do Morales não deixou a oposição falar, oprimiu, dividiu organizações e excluiu quem podia falar. Então agora, o ciclo voltou, e neste momento o MAS está completamente fragmentado. Outra vez, a gente está voltando a esse momento, onde esses diferentes setores estão tendo a oportunidade de discutir qual é o projeto e onde que eles querem ir.

Isso, por um lado, traz uma grande instabilidade porque a briga interna é muito forte. E vai desde prebendalismo, pessoas que só querem um cargo, mas há também pessoas que querem que, finalmente, este outro modelo de desenvolvimento, de economia social, solidaria, "*bien vivir*" realmente seja tomado em sério. Então, sepor um lado é uma fonte de instabilidade, pode ser uma fonte também de voltar a esse início do ciclo, que era promissor e que podia levar a algo legal, mas não levou. Repetiu uma coisa neoliberal, mas tem a possibilidade do ciclo ao voltar ao seu início, não se repita, em

etapas, masquem sabe, finalmente consolidar um ciclo que seja progressista e popular na Bolívia.

Dessa forma, vemos três cenários possíveis: um é esse do otimismo que a gente chama de "MAS 2.0" e que agora são esses outros grupos que tinham sido deixados de lado, pelo autoritarismo do Morales, que vão ter voz e vão reconstruir. Outros falam que depende do parricídio, e o Arce vai ter que matar o pai Evo. Então, essa é uma possibilidade que estou tentando acreditar e confiar e que pode surgir finalmente uma política progressista, indígena e popular na Bolívia - não só no discurso, mas na prática. O outro cenário possível que podemos ter é um governo bicéfalo. O Arce vai tentar "matar" o Evo, mas o Arce não tem tração com os movimentos populares; porém ele conta com vice, David Choquehuanca, que pode tentar fazer essa articulação com os movimentos sociais e grupos indígenas. Então este outro cenário é que o Arce tenta se separar do Evo, mas o Evo continuaria controlando a relação com o movimento social e iria criar um duplo governo. O Evo pode pressionar mobilizando a sociedade contra o governo. E, ao final, essa ideia de que o ciclo voltou ao seu início e vai se repetir igual. Pois, querendo ou não, o Arce não está citando o Evo, não está falando, mas ele é núcleo duro do Evo. Essa terceira possibilidade seria a repetição do ciclo anterior, mas num contexto de crise econômica, que eles não vão ter tanto dinheiro para distribuir em bônus e emprego.

Finalmente, cabe ressaltar que, com todo esse problema, eu acho que é muito refrescante que aqui na Bolívia, a direita "dura" só tenha conseguido 14% dos votos. Esse intermédio do último governo não tem apoio popular, não tem apoio nem das próprias elites. Então, eu acho que a Bolívia também mostra que se a gente quer falar de um ciclo conservador, aqui não se aplica. 14%, pode ser muito se a gente pensar que são fascistas, mas não são representativos (por exemplo, eles têm só quatro assentos no Senado). Então aqui isso não é uma questão, mas tem a questão de qual desses três cenários vão surgir. Aquele potencial da democracia radical, do poder constituinte e popular pode agora ter uma nova chance na volta do início do ciclo de finalmente consolidar-se; se vai ser uma divisão tão grande no MAS, que a gente vai ter dois governos e vai ter estabilidade (e instabilidade aqui na Bolívia realmente significa bloqueios e caos e não é discursivo). Ou, o terceiro, se a gente vai voltar ao mesmo ciclo discursivo "pachamamista", mas continuar com o modelo de desenvolvimento e com o tratamento da questão indígena, campesina e de gênero, seguindo exatamente o que ocorria baixo nosso neoliberalismo multicultural.

Alexis Cortés:

Fazendo umas referências pequenas em relação a essa ideia dos ciclos políticos progressistas ou onda rosa, usarei esses termos somente de maneira operativa. Entendemos que temos um ciclo progressista durante o último período a partir do autorreconhecimento dos governos de esquerda, que tentaram tematizar em parte o neoliberalismo e que fortaleceram o papel do Estado na economia, seja na distribuição ou na acumulação, e que tiveram certa simultaneidade eleitoral para chegar ao poder e, também, certa capacidade de reprodução.

Num artigo escrito no ano de 2017, mas que foi publicado em 2018, tentei hipotetizar sobre o papel que o Chile poderia ter eventualmente nesse momento, onde essa onda rosa, esses ciclos progressistas estão em um completo declínio e já perderam a sua capacidade de ganhar as eleições e de se reproduzir.

Nesse momento, eu sugeri que o Chile estava iniciando tardiamente o processo de problematizações e de tematização do neoliberalismo e, eventualmente, poderia cumprir um papel contra-cíclico. No mesmo sentido que é utilizado na economia, quando esses governos tinham perdido o fôlego, tinham perdido capacidade para serem projetos eleitoralmente viáveis. O Chile poderia ser interessante para tentar contribuir com uma segunda fase de crítica ao neoliberalismo. Hoje, com o que o Chile vive e que estamos chamando desse *estallido social*, esse grande estouro, essa rebelião popular que aconteceu em 18 de outubro de 2019, eu acho que essa ideia pode ganhar um pouco mais de consistência. Por quê?

Uma das faixas mais impactantes a meu ver, desde outubro, foi a que falava que "o neoliberalismo nasce e morre no Chile". E por que isso poderia ter algum tipo de verdade? É claro: as pessoas não estão saindo para a rua para dizer “abaixo o neoliberalismo”, nem para fazer uma crítica abstrata ao neoliberalismo. Eles estão se rebelando contra questões práticas, contra experiência cotidiana do neoliberalismo. O que também mostra que o modelo e a ideia do Chile como paradigma desejável para o resto da região morreram. Provavelmente, a gente vai ter vários anos a mais de neoliberalismo. Afinal, ele tem uma capacidade de inércia muito forte e não apenas institucionalmente, mas também culturalmente. Mas o que eu diria com certeza é que a gente conseguiu matar no 18 de outubro essa ideia de que o modelo, que o caminho que os outros países em desenvolvimento têm que seguir é a via chilena. Como vocês sabem, é uma via em que significa subordinação na divisão internacional do trabalho, reprimarização, extrativismo, um alto grau de desigualdade social e desigualdade econômica que se reflete também no

âmbito político. Embora as pessoas nos estejam dizendo que estão desmontando o neoliberalismo, tudo parece indicar que a saída da crise, deveria ser por fora do neoliberalismo pelo menos para conseguir satisfazer as demandas que os manifestantes estão reivindicando nas ruas.

O que o 18 de outubro refletiu também foi uma contradição que, desde o meu ponto de vista, é a contradição principal que estamos enfrentando no país: entre o neoliberalismo e a democracia. Por um lado, o neoliberalismo tem essa capacidade de reprimarizar a economia, eliminando direitos, utilizando somente intervenções de tipo focalizadas, financeirização da economia, que se sustenta principalmente com as poupanças dos fundos de pensão, que são uma forma de capitalização individual e são administradas por administradoras privadas e utilizadas para fornecer o dinheiro vivo para as grandes transações econômicas do país. Também tem um traço muito importante que é o de eliminar ou tirar a economia do âmbito deliberativo, um âmbito fundamental para a vida das pessoas. A economia é tirada da tomada de decisões coletivamente vinculantes, assim como da cidadania que não participa dessas decisões, porque isso fica restrito a um grupo de poder. Tem os tecno-burocratas, que são os que tomam as decisões pela democracia. Por exemplo, em outubro de 2019, o polinômio do Ministério do Transporte definiu que a passagem do metrô tinha que subir 20$ (pesos chilenos) porque as variáveis se comportaram de uma determinada maneira.

Por outro lado, em muitos sentidos a democracia chilena se comportou como uma democracia direta do capital. Os escândalos de corrupção em que os empresários literalmente ditaram um tipo de legislação que os deputados no Congresso tinham que aprovar - escândalos de corrupção que foram minando e erodindo a confiabilidade das grandes instituições: o Congresso, o Executivo, as Forças Armadas, a polícia, as igrejas. Uma decomposição institucional praticamente completa, e, por outro lado, também certo grau de inutilidade dos canais institucionais para tentar satisfazer as demandas sociais.

O segundo governo da Bachelet, que tentou efetivamente realizar reformas - uma reforma da constituição, uma reforma importante na educação, uma reforma política - no grande balanço, pelo menos na avaliação dos eleitores, foi de que esse governo não conseguiu responder às expectativas. Em boa medida, pelos problemas internos dos partidos políticos tradicionais – que, na verdade, fizeram todo o possível para que essas reformas não avançassem. Mas também porque, quando se impulsionaram algumas reformas, e conseguiram maioria parlamentar no Congresso, sempre estava como último obstáculo o Tribunal Constitucional. E, junto com ele, a Constituição de 1980, que, como

vocês sabem é uma constituição que foi aprovada na época da ditadura militar e que tem uma série de cadeados institucionais que impediam que as maiorias se expressassem.

O Tribunal Constitucional funciona como um espaço contra majoritário, que foi mostrando que ganhar o governo e ganhar o Congresso não era suficiente para conseguir avançar nas transformações estavam sendo exigidas nas ruas. Isso faz comprensível que boa parte da mobilização de outubro se canalizou através da necessidade de uma nova constituição através de uma Assembleia Constituinte. Sobretudo também porque a pandemia, como fala o Boaventura de Sousa Santos, exerceu uma cruel pedagogia, neste caso constitucional, porque muitas das medidas que as pessoas exigiam para ter um grau maior de proteção frente a essa situação crítica encontravam como obstáculo o caráter inconstitucional dessas leis. Também porque a pandemia mostrou quão importante é ter o direito à saúde universal assegurado constitucionalmente, com um Estado que tenha musculatura suficiente para leva-la à prática. O país pagou um custo alto, ainda que não tanto quanto o Brasil, mas um custo alto pelo alto grau de neoliberalismo que tem na hora de lidar com a pandemia.

Nesse contexto, onde parece que toda a América Latina está em chamas de novo, onde está muito claro o poder destituinte que tem os povos mobilizados, mas onde a capacidade para instituir esses imaginários da transformação, como fala o José Maurício, de passar essa cidadania instituinte para uma instituída, parece ser o grande desafio do momento. No caso chileno, a gente tem a vantagem de que esse momento de mobilização está coincidindo com o processo de ruptura constitucional: o grande legado das mobilizações de outubro vai ser a morte da constituição do Pinochet. Agora, ainda está em suspenso o caráter que vai ter essa nova constituição, se essa nova Carta Magna vai conseguir refletir os anseios de transformação e de mudança que os chilenos estão pedindo nas ruas.

No entanto, pelo menos temos alguns antecedentes que são promissores. Por exemplo, o plebiscito do dia 25 de outubro, que foi a votação do país na qual votou o maior número de pessoas na história com o voto facultativo e apesar pandemia. E onde se observou um aumento significativo na participação dos setores populares na votação, onde há a votação mais expressiva, onde a convenção constitucional, que é o equivalente a uma assembleia constituinte, teve os melhores resultados, foram precisamente o que nos lugares que conhecemos como zonas de sacrifício. Onde se paga o custo mais alto do modelo de extrativismo e onde é possível observar um forte empoderamento popular dos setores mobilizados e daqueles que apoiam essas mobilizações. Há uma conjugação de

votos e de barricadas, onde está aparecendo uma política plebeia com muita força e onde provavelmente a mobilização vai servir como contrabalanço das tentativas de restringir a expressão soberana do poder constituinte - que o Congresso já tentou através desse acordo que permitiu essa eleição, mas que estabeleceu um quórum de dois terços para os acordos (um quórum similar ao que teve no caso da Bolívia e que gerou tantos problemas para conseguir aprovar finalmente a constituição). Onde tem muitos elementos que poderiam eventualmente subordinar a Convençao Constitucional a outros poderes já constituidos como o Congresso.

Mas, apesar disso, a mobilização ainda continua. A pandemia permitiu que muito dos setores que se mobilizaram em outubro se reciclassem, fortalecendo as assembleias territoriais, através das organizações que tentaram uma política que substituísse a ausência do papel do Estado na proteção social por meio da organização de "panelas comuns" e outras iniciativas solidárias. Hoje, os atores continuam sendo bastante inorgânicos, bastante dispersos, bastante fragmentados, embora em outubro tenha tido certa sintonia entre o mundo organizado, o mundo sindical das organizações sociais através da "Mesa de Unidade Social", mas esse papel foi se enfraquecendo. Hoje, a Mesa Unidade Social tem muito pouca incidência nas pautas de mobilização atual, mas isso não quer dizer que essa capacidade destituinte inorgânica possa se expressar eventualmente em uma capacidade para configurar um projeto que eleitoralmente possa expressar, por exemplo, numa alternativa de governo diferente da qual temos hoje ou que possa consolidar essa tentativa de superação do neoliberalismo. Por exemplo, hoje, com relação à grande discussão em torno dos fundos de previdência privadas, há várias iniciativas parlamentares que procuraram que as pessoas conseguissem retirar parte dos seus fundos da aposentadoria para enfrentar a crise. O que obviamente é problemático, porque nós estamos comendo nossos intestinos para conseguir sobreviver à crise. Isso denota a absoluta incapacidade do Estado de gerar proteção social, mas ao mesmo tempo está acirrando ainda mais a distância com o governo.

Hoje está tendo mobilização todos os dias, e as pessoas já não estão apenas indo para a Praça da Dignidade no centro da cidade: as pessoas estão se dirigindo para La Moneda, estão encurralando um pouco o presidente da república, que é muito impopular – e que ainda não está claro se vai conseguir terminar o período constitucional. Ao mesmo tempo, diversas pesquisas mostram que um dos traços do momento político é o alto otimismo, as altas expectativas de transformação. Um dado de uma pesquisa que se chama “O Chile diz”, que é uma pesquisa que organiza a Universidade Alberto Hurtado, mostra

que no ano de 2020, 85% das pessoas e dos entrevistados acham que o Chile vai ser melhor daqui a dez anos. E, em 2017, apenas 28% das pessoas achavam que o Chile ia estar melhor. Hoje o grande desafio é reconstruir as pontes entre a capacidade mobilizadora social e civil do povo e o sistema político. Esse desafio será enfrentado com o povo mobilizado, crítico e ao mesmo tempo otimista. Eu, pelo menos, embora tenhamos muitas dificuldades, acho que o Chile vai continuar sendo um país interessante para analisar a capacidade que têm os povos de eventualmente dar respostas coletivas criativas para tentar superar esse ciclo maior que ainda persiste, que é o ciclo neoliberal. Nós somos uns dos últimos países em enfrentá-lo.

Simone Gomes:

Existe um ciclo político progressista? Pensando principalmente a partir de uma perspectiva latino-americana, acho que tem questões que são muito interessantes em relação ao México e algumas delas que eu vou destacar de maneira bem breve. Mas, eu queria colocar principalmente, junto à ausência de autonomia relativa dos países, que estes têm enfrentado golpes de Estado. Ademais, há o começo e o fim de blocos de integração latino-americana que são bem significativos nesse sentido, que ameaçaram certa mudança na geopolítica da região, mas também a perspectiva normativa que diga a respeito a movimentos sociais, principalmente que é o que eu venho trabalhando já tem um tempo, mais relacionado ao Sul Global. Ou seja, às vezes aspectos normativos do norte não nos auxiliam tanto quanto a gente a gostaria para pensar se, no Sul Global, trata-se de salvar ou não a democracia, como eu falei em outra ocasião[4].

Em relação México, especificamente, 2020 vai ficar marcado como o ano do desencantamento com o presidente eleito em julho de 2018. É interessante essa visão que eu tive nos últimos anos, passado anos no México e trabalhando a respeito na tese depois. Eu acho que, depois de dois anos de governo, a gente já consegue fazer uma leitura do presidente que ganhou a alcunha infeliz e analiticamente indistinta de populista autoritário. Eu queria que vocês guardassem esse rótulo de populista autoritário que foi colocado ao López Obrador, conhecido como AMLO. Porque se os nossos sonhos não cabem nas urnas como bem anunciou o Subcomandante Marcos lá em 2006, naquela querela impossível com o López Obrador, a gente percebe também a certeza que os nossos pesadelos tampouco cabem.

[4] Na mesa do Ciclo de Palestra do LABEMUS, em novembro de 2020 "Novos Caminhos para os Movimentos Sociais". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8TnfOycMajY

Andrés López Obrador parece lutar em alguma medida com a expectativa de uma esquerda que foi às urnas pela primeira vez. Lembrando que o voto não é obrigatório no México. Eu vou me concentrar em três questões que eu acho interessantes pra gente tensionar, que são problemas estruturais e questões de como o López Obrador vem tentando equacionar no país, a saber: uma estrutura profundamente patriarcal que tem levantado resistências muito emblemáticas do movimento feminista em todo o país; o imbricamento do narcotráfico, naquele que se não é o único, talvez seja mais noticiado como narco-Estado na América Latina (podemos discutir sobre isso ser uma categoria colonial); e a estrutura ocupacional também eminentemente informal do México, que tornou os efeitos da covid-19 muito aguçados frente à informalidade e à desigualdade do trabalho no país.

Nesses três aspectos, o renitente machismo que a sociedade mexicana apresenta organiza as relações de um país em que os índices de feminicídio voltaram às taxas emblemáticas de 2008, em que cidades do norte ficaram conhecidas como *cemitérios a céu aberto*. É um processo que tem muito a ver com a chegada das *maquilas* no México e com a chegada da NAFTA em 1994. Ou seja, todos os feminicídios e o aguçamento da violência contra mulher têm a ver com, por exemplo, um dado que vou trazer para vocês. De 137 mulheres que são assassinadas por ano no mundo, 10 são no México. Dentre essas, 97% desses feminicídios permanecem impunes. Frente a essa pressão, na ocupação de prédios públicos, que foi muito emblemática no ano passado, uma manifestação cada vez mais vibrante de um movimento feminista que se destaca no país. A gente pôde observar, por exemplo, na semana passada uma marcha do movimento feminista em Cancun no sul do México, que foi duramente reprimida pela Guarda Nacional, que foi o López Obrador que fez questão de criar, em que pese as críticas da esquerda que teria ajudado a elegê-lo.

Então, quando o comunicado do Exército Zapatista (EZLN) do dia 5 de outubro deste ano menciona que o feminicídio é um problema global e associa esse feminicídio à defesa do progresso e da modernidade, eles não estão falando qualquer coisa quando a gente pensa no México. E qual foi a resposta do López Obrador? Negou a existência de violência de gênero no país. Ou seja, ele antagonizou e antagoniza profundamente com as feministas, que estão muito mobilizadas e que apresentam uma crítica muito contundente a uma estrutura profundamente patriarcal, que não compete necessariamente ao López Obrador e não foi criada em julho de 2018. Mas ele, em tese, deveria ter melhores respostas, e essa é a base da minha argumentação para tratar um problema tão

estruturante da sociedade mexicana, a violência de gênero. Em relação ao segundo aspecto, que tem muito a ver com o primeiro, é impactante dizer o quanto o número de feminicídios e o número de assassinatos aumentou desde 2007, o segundo ano da oficial e não oficial guerra às drogas. Com o então presidente, Felipe Calderón, quando teve início a militarização mais ostensiva de determinados espaços leia-se Michoacán e Guerrero, nos estados do sul que possuem um corredor de amapola e produtores de opiáceos. Quando essa guerra às drogas, que todo mundo já sabe, ocasionou mais de 130.000 mortes, homicídios e desaparecimentos forçados, começou, também um endurecimento dos números em relação à violência contra a mulher.

Esses fenômenos estão correlacionados, principalmente pela militarização excessiva. O López Obrador apresenta uma continuidade dessas práticas extrativistas, da militarização dos territórios, etc. Por isso, o "desencantamento weberiano" com o López Obrador é muito grande, dentro do que a Rita Segato chama de "novas formas de guerra", que devem ser pensadas, principalmente a partir da formalização de atores híbridos da violência, não convencionais, com guerras profundamente repressivas. A resposta do López Obrador durante a campanha presidencial foi de "*abrazos y no balazos*", ou seja, "abraços e não tiroteios", em uma tradução um pouco rudimentar, que já anunciava a sua ineficácia desde então. Frente ao grau de militarização da sociedade mexicana, ele traz a ideia de "abraços". E voltarei a isso no final, por razões que deveriam evidenciar um pouco as imbricações dessa dinâmica criminal do país e, sobretudo a sua relação com os Estados Unidos.

Uma coisa que aprendi depois de alguns anos morando no México, quando voltei para cá e as pessoas falavam muito: mas porque eles são tão subservientes aos Estados Unidos, é que esse país é central para o comércio e indústria mexicanos? É uma perspectiva descolada analiticamente: olhem a matriz produtiva, as exportações do México, para tentarem entender o porquê o López Obrador estava um pouco mais cauteloso em talvez anunciar que Biden tinha sido o vencedor das eleições nos EUA. O que se observou desde a posse de López Obrador, em julho de 2018, foi um recrudescimento dessas dinâmicas dos cartéis no México. A gente voltou as já altas taxas de homicídios, desaparecimentos forçados, sequestro e roubos, principalmente na fronteira norte nos estados produtores de opiáceos. Ademais, houve um recrudescimento das dinâmicas criminais e principalmente um apoio muito forte à política migratória estadunidense.

Assim, os migrantes centro-americanos têm atravessando o país e agora encontram planos como a permanência no México ("Remain in Mexico"), ou o "Plano da Fronteira Sul", que são largamente financiados pelos Estados Unidos para tornar o México um certo limbo, um paredão que nem precisa de muro, daquele "*we are gonna build that wall*" ou "a gente vai construir esse muro", do Trump. No limite, nem precisa de um muro dado o tipo de política repressiva, regulatória que ele colocou em relação à migração sul e centro-americana em curso no México.

Então, o poder de negociação com o López Obrador também se mostrou escasso, em um episódio que ficou bastante conhecido; em 17 de outubro de 2019, os grandes chefes dos cartéis de Sinaloa, mostraram seu poder com a prisão do Ovidio Guzmán. O filho de Chapo Guzmán, poderoso e emblemático chefe, preso nos Estados Unidos, que está sendo julgado e que é o principal líder do cartel de Sinaloa. Enfim, em poucas horas aconteceram ataques orquestrados, tiroteios, incêndios, uma cena de terror emblemática na cidade que fez com que duas, três horas depois, o López Obrador fosse para televisão e dissesse: "a gente teve que voltar atrás e soltar o Ovidio Guzmán". Essa cena, essa triste cena, essa recuada para voltar a uma "narco-normalidade" da governança criminal em Sinaloa, tem a ver também com a proposta de implementação de uma guarda nacional feita na campanha do López Obrador.

Ou seja, todas as tímidas investidas do López Obrador em relação ao *narcoestado* se mostraram infundadas tanto nos seus abraços quanto nos seus tiroteios. Nos dois anos e meio de governo, não só os índices de violência não diminuíram como aumentaram, regrediram para os índices de 2008. Ademais, a gente tem o aumento do número de violações de direitos humanos, a repressão de ativistas, criminalização de protestos que aumentaram significativamente nesse terreno. Jovens que foram a primeira geração a votar no país dos zapatistas, no país da Revolução Mexicana e se depararam com projetos de pura continuidade de 79 anos do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Esse corredor da imigração centro-americana, fugindo da violência, é muito emblemático das gangues locais em El Salvador, Honduras, Nicarágua e Guatemala em busca do "*american dream*" encontrando um certo pesadelo mexicano que inclui sequestros, cartéis e toda uma política muito repressiva das estruturas da violência dos aparatos legais.

A dinâmica de troca entre o governo mexicano e o governo estadunidense é bem emblemática. A assimetria econômica e militar desses dois países colados é evidente - pobre do México, tão perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus. Esses draconianos

acordos migratórios, tanto o "Permaneça no México" quanto o "Plano Fronteira Sul", tornam o país um certo limbo, num depósito de centro-americanos atravessando e que são frequentemente sequestrados, que estão esperando os seus julgamentos para poder voltar para seus países. E que muitas vezes investem as economias de todas as famílias para tentar atravessar o país. Isso também diz respeito à certa subserviência da política externa mexicana, uma dependência dessa economia e que a política de abraços e tiroteios está mais condizente do que combatendo. A resposta nos últimos dois anos do López Obrador tem sido pautada um pouco por essa dependência econômica e pela continuidade das políticas repressivas, dada a fragilidade estrutural do seu partido, o Morena [Movimento Regeneração Nacional], um partido novo, que o López Obrador criou da dissidência do PRD [Partido da Revolução Democrática]. Por outro lado, essa demora do López Obrador em reconhecer a vitória do Joe Biden: por que ela ganhou atenção da esquerda institucional e por que outras atitudes não? Quando só isso aparece, esta serve para enquadrá-lo - nessa categoria que eu vou chamar de colonial: o populista autoritário.

Em terceiro e último lugar, eu acho que é importante sublinhar essa imensa fragilidade na estrutura ocupacional e laboral do México, que tem mais de 60% da população trabalhando em empregos precários e informais nas ruas. Isso implicou em cenas como: o aumento do desemprego, a questão da covid-19 e de como isso afetou a sociedade mexicana de uma forma geral. As respostas do López Obrador foram muito criticadas pela mídia e pela institucionalidade, tendo em vista que mais de 60% dessa população trabalha na rua e, para eles, as iniciativas foram muito incipientes no grande guarda-chuva de um auxílio emergencial. Bolsas de valor muito pequeno para idosos, estudantes pobres, camponeses, além de um crédito auxiliar que AMLO propôs para pequenos empresários.

Por fim, algumas dinâmicas da América Central. Eu acho que algumas dinâmicas da América Central chamaram a atenção e parecem recentes, mas não são. Esses protestos na Guatemala, na verdade, também se inserem no repertório de protestos muito antigos dos indígenas maia, que são 50% da população guatemalteca, que está abaixo da linha da pobreza. As cenas que a gente viu, da queima de partes do Palácio Nacional Guatemala na capital, também tem a ver com uma dinâmica de esgotamento, de uma promessa da democracia, que tanto a América Central compartilha com o sul do México quanto suas populações indígenas originárias compartilhavam território. Em El Salvador, Honduras e Nicarágua são os dolorosos acontecimentos das últimas duas semanas, que têm a ver com os dois furacões seguidos, que atingiram principalmente a costa caribenha de Honduras,

mas também da Guatemala, que são as populações indígenas de Mezquita, que são questões muito particulares dessa região.

Breno Bringel:

Fiquei com dois comentários rondando depois de escutá-los. Antes disso, uma nota para a Alice. A nota: eu concordo contigo nas suas considerações iniciais sobre o ciclo político. E esse é um tema sobre o qual essa "quarta geração" do NETSAL tem se debruçado bastante. É algo que a gente tem discutido nos últimos anos. Porque, de fato, há um gargalo conceitual nesse debate. O conceito de ciclo de protestos é o mais conhecido e desenvolvido de forma mais sistemática, mas há várias aproximações e todas elas meio frouxas em relação à definição de ciclos políticos. A maioria delas, daqueles que trabalham com a discussão sobre democratização ou ondas de democratização, mas também outras contribuições da economia política. Em 2018, Maurício e eu publicamos um livro em espanhol sobre o Brasil cujo o subtítulo é exatamente "Crises e ciclos políticos". Ali fazemos uma discussão sobre temporalidades e ciclos, pensando o caso brasileiro. Em 2019, essa foi a discussão do NETSAL e boa parte do dossiê do final do ano passado tem vários textos das pesquisadoras e pesquisadores sobre isso.

O primeiro comentário é sobre o ciclo progressista, que você [Alice] abordou de uma maneira explícita, no sentido de provocar a sua existência ou o que o caracteriza, e que Alexis e Simone também abordaram. O ciclo progressista - e sim, houve um ciclo progressista! – teve vários elementos que o Alexis explicou muito bem. Ele existiu porque houve uma emergência, um auge, um fim de um processo político, de forças sociais e políticas que foram convergindo. Alexis usou uma palavra importante que é a simultaneidade. Nesta simultaneidade foram sendo construídos alguns elementos comuns que marcaram aquele momento até bastante recentemente. Esses elementos foram basicamente esse certo questionamento do neoliberalismo, mais como imaginário, de fato, ou como contraposição e questionamento do neoliberalismo mais duro, em termos de uma reivindicação do maior papel do Estado – ainda que sem nenhum tipo de ruptura nisso, claro.

Um segundo elemento tem a ver com um discurso mais igualitário. A despeito de todas as contradições, há aí uma convergência, um fortalecimento de uma perspectiva de inclusão social, e sabemos que inclusão não tenha a ver com emancipação. No entanto, é uma perspectiva que foi forte nesse ciclo a partir de políticas sociais ou de um aprofundamento das políticas sociais. Há outro elemento que vocês não falaram, mas me

parece um dos mais centrais, que é o da integração latino-americana, porque foi é o eixo fundamental da construção de um espaço regional que permitiu que o ciclo, a despeito de diferentes situações locais e nacionais, funcionasse como um espaço de convergência regional e que houvesse uma conectividade, um olhar comum para as questões de época, que de fato foram trabalhadas em uma escala regional.

Agora, qual é o problema? Parece-me que boa parte dessas análises sobre o ciclo progressista continua focando muito nos governos; há também um olhar muito estadocêntrico para os ciclos. Eu acho que a gente não entende bem o ciclo olhando só para os governos: temos que olhar para a cultura, para a sociedade, para a economia e temos que fazer isso tudo junto, pensando a coexistência desses diferentes vetores. Então, houve sim um fim dos governos, ou de boa parte dos governos, o que pode ser apontado como fim do ciclo, mas não somente isso.

Talvez o mais significativo tenha sido uma crise profunda dos atores que hegemonizaram esse ciclo. Isso não depende só de eleições, não depende simplesmente de um governo que estava no ciclo progressista e agora volta ou quer voltar. Não é só isso. Tem a ver com a crise dos atores sociais e políticos, não são só dos partidos, mas também dos movimentos, tem dos sindicatos, ou seja, de boa parte dos atores que fazem as mediações entre Estado e sociedade. Esse processo está relacionado ao surgimento de novas organizações e atores que vão desafiando os pré-existentes, então hegemônicos. Tem a ver na economia, obviamente com o fechamento daquele ciclo econômico do "boom" das commodities e tudo que permitiu a expansão do ciclo progressista. Tem a ver também com o fim das macroestruturas de integração regional, que de fato estão sendo desmanteladas, e, por fim, tem a ver com um elemento que eu acho importante - e a Maristella Svampa sempre enfatiza muito isso - que é o elemento do imaginário, da mudança do clima da época. Essa ideia de que o clima da época mudou, e o *zeitegeist* hoje está muito marcado pelo antiglobalismo, pela direitização, por determinadas gramáticas que não eram fortes naquele momento, mesmo que já existissem.

Dito isso, há elementos para ponderar esse ciclo também nas especificidades dos países. No entanto, pensar que teríamos a volta do ciclo progressista porque no México temos algo parecido a um progressismo; ou um "retorno" na Argentina e também na Bolívia agora, é um argumento totalmente infundado. Na verdade, é um argumento que é fruto de uma vontade política dos próprios progressismos de recuperarem um terreno. Mas se olharmos para a história e para a empiria, isso não existe, é impossível voltar atrás. O caso do México seria o que, Simone? A gente poderia de fato falar, como sugere o

Massimo Modonesi, de um progressismo tardio? Ou talvez fosse melhor um progressismo fora do ciclo? Ou seria como o Alexis dizia antes: uma espécie de progressismo contra-cíclico? Talvez. No entanto, não podemos pensar esses casos somente em sua individualidade porque o ciclo abrange uma totalidade maior, que escapa da casuística. É extremamente complicado esse tipo de raciocínio sobre o "retorno", e somente um olhar mais amplo permite não só complexificar a discussão sobre os ciclos e o progressismo, mas também entender o que nós estamos vivendo agora.

A última reflexão que eu queria fazer é justamente sobre isso. Muito se fala que teríamos passado de um ciclo progressista para um ciclo das direitas, das "direitas autoritárias" ou das "novas direitas", isto é, um ciclo hegemonizado por uma perspectiva conservadora. Eu acho que isso também é insuficiente para entendermos o que nós estamos vivendo hoje. E por que não temos um ciclo da direita autoritária hoje? A meu ver, o que nós estamos vivendo é algo diferente. Não temos um novo ciclo político delineado com características claras como tínhamos antes. Estamos em um "momento político" e um "momento geopolítico" que está marcado ao menos por três elementos que são transversais e fundamentais.

O primeiro é o elemento que o Alexis mencionou de um forte distanciamento ou dissociação entre democracia e liberalismo, no sentido de como democratização e neoliberalismo foram sendo articulados de maneira perversa ao longo do ciclo progressista e do ciclo democratizador das últimas décadas na América Latina. Isso parece ter chegado a um limite a partir de um neoliberalismo que é muito mais autoritário, que não precisa nem sequer da democracia liberal, de um liberalismo político para subsistir e para se fortalecer. Por aí, pela chave do neoliberalismo autoritário, acho que temos um primeiro elemento que marca esse momento atual fortemente.

Um segundo elemento eu denominaria como "caos". Um caos que não é simplesmente uma excepcionalidade: trata-se do caos como um tipo de ordem. O caos traz instabilidade, incerteza, mas também pode ser uma forma de pensar a política. Eu acho que nós estamos vivendo um momento de caos global, e o caos obviamente é muito funcional a essas perspectivas autoritárias de uma direita mais radical, porque acabam se aproveitando e maximizando suas potencialidades a partir disto.

Por fim, eu acho que há uma multidirecionalidade política: são muitos vetores, que não marcam a meu ver uma hegemonia clara ainda. Essa multidirecionalidade política é um dado muito interessante, pois mostra que não existe inevitabilidade alguma no momento atual. Não é que estejamos sendo dominados pela extrema direita e tenhamos

que viver isso por um ciclo inteiro, por dez ou quinze anos. Os processos são muito mais contraditórios e multi-vetoriais. Nesse sentido, pensemos a própria lógica da emergência de *estallidos* como o chileno, que obviamente não aparecem de um dia para o outro, mas vão se sedimentando, com a indignação, com muitos anos de crise de mediação entre Estado e sociedade. Estão se sedimentando com muito cansaço da população e de setores populares com a política tradicional. Isso vai explodindo e pode explodir em outros lugares e pode trazer outras faíscas interessantes para pensar a conjuntura latino-americana no futuro próximo. É com essa mensagem que eu gostaria de fechar.

José Mauricio Domingues:

Vou ser breve e vou falar um pouco sobre a questão dos ciclos. É verdade: normalmente o conceito vem sendo usado de uma maneira frouxa, embora tenhamos tentado trabalhar isso no NETSAL. Saiu no último dossiê um pequeno artigo meu, vai sair agora no boletim do grupo do CLACSO e vai ser o artigo que vai estar no livro do ano que vem também do CLACSO. Eu acho que a gente tem que pensar três coisas para sair dessa noção frouxa. O que é um ciclo? O ciclo é um processo político, que creio se calca em três elementos: agenda política, agentes políticos e instituições. As instituições tendem a ser o elemento mais estável dentre os três, embora as instituições não sejam apenas a sua formalidade; trata-se também de como elas efetivamente funcionam. Em cada ciclo elas funcionam de modo um pouco diferente. Certo pessoal político emerge em um determinado momento, se esgota e vai perdendo influência. Uma agenda é o que se coloca na esfera pública, nas democracias liberais ou não; nos Estados modernos de uma maneira geral se impõe como aquilo a que as forças políticas prioritariamente têm que responder.

Eu tratei o último ciclo político (nesse livro que já apresentaram aqui, na primeira mesa do evento, de 2008, na versão em inglês e depois em 2009 na versão em português e espanhol) como aquele que viria a ser chamado de giro à esquerda. Tentei caracterizá-lo como uma "revolução democrática molecular", que teve como expressão em algum momento essa transição da democracia instituinte para a democracia instituída, da cidadania instituinte à cidadania instituída, com novas constituições, novas forças políticas, novas políticas sociais. Claro que não era um processo homogêneo na América Latina, mas acho que isso marcou de uma maneira geral o continente como um todo. Podemos pensar o heterogêneo como aquilo que é principal ou podemos pensar em um vetor específico como o principal. O Peru parece que não sai do lugar de jeito nenhum,

por exemplo. O México parecia que não ia sair e acabou saindo, mas também podia ter saído antes, e a gente sabe que só não saiu antes porque houve fraude sistemática nos processos eleitorais. Isso são tendências de desenvolvimento, mas mais "acotadas", não são tão de longo prazo, são de médio prazo.

Qual é o novo ciclo que está se abrindo? Eu acho que tem a ver com o que Alexis, Simone e Alice mencionaram: a questão do neoliberalismo, mas somente em parte. Eu acho que a América Latina finalmente é contemporânea de seu mundo. Inclusive com o López Obrador, que esgotou muito rapidamente o seu progressismo. Acho que está muito claro no mundo inteiro a contradição entre os sistemas democráticos liberais no que eles têm de oligárquicos e as demandas cada vez mais radicais em termos de democracia por parte das populações. Não digo no mundo inteiro, mas em grande parte do mundo, certamente Europa e Américas, Rússia, Turquia e mesmo no Irã. Eu acho que no mundo inteiro está claro que as pessoas não querem a democracia tal qual ela existe. Querem os elementos democráticos da democracia liberal, mas cada vez mais rejeitam seus elementos oligárquicos. Democracia liberal é um regime misto. Então eu acho que, nos próximos anos, isso vai marcar o debate, embora não saiba até quando ou o que vai acontecer exatamente com a América Latina.

O Brasil começou o ciclo de revoluções democráticas moleculares em 1974 com a derrota da ditadura para o MDB nas eleições daquele ano. O Brasil começou esse ciclo atual em 2013 também. Hoje a gente está vendo o seu desdobramento e um reforço das forças oligárquicas. Parecia que o governo Bolsonaro ia ser a extrema-direita e não é. Não estou descontando os riscos que ainda existem, mas a força dos sistemas oligárquicos no Brasil é tão grande que despedaçou o PT e já colonizou Bolsonaro. Eles têm uma capacidade de controle do sistema político e do Estado que é uma coisa impressionante. No México é a mesma coisa. No Chile, sabemos o nome de todas as famílias políticas, que não saem nunca do poder, à esquerda e à direita. Acho que as pessoas cansaram disso. Na Bolívia, o MAS quis fazer a mesma coisa. A esquerda também adora uma oligarquia partidária no sistema político. Na Argentina há uma repetição infinita, porém não sabemos agora com a pandemia o que vai acontecer. O peronismo sempre teve muito controle das organizações populares e das mobilizações. Será que isso vai continuar para sempre? O sandinismo achava que sim, Daniel Ortega achava que sim. Acabou isso. Até no Peru tem massas nas ruas e jovens protestando contra as oligarquias!

Eu acho que esse é tom que nos próximos anos vai ser dado a política. Não esgota a agenda política, mas dá uma inflexão forte a isso tudo. Então, põe-se aqui uma hipótese.

A ação política está excedendo os grupos oligárquicos que controlam o sistema político e que se impõem há muitas décadas na sociedade. Eu acho que tem alguma coisa interessante por aí. Para terminar, eu sugiro que todo mundo leia o Gabriel Naudé, que é quem inventou o conceito de golpe de Estado. Ele juntava golpe de Estado com razão de Estado. Qualquer um que controle o poder, e, a partir dele passar para além da legalidade em função das razões que se dá a si mesmo. Assim estaria cometendo um golpe de Estado. Então, abre-se o leque enormemente. Infelizmente esse é um conceito pessimamente trabalhado na literatura, e acho que está na hora de começar a revê-lo – até porque como essa contradição entre democratização social e oligarquias políticas, podemos ver outras tentativas daqui para frente nessa direção. É bom ficar atento a isso.

Figura 2: Seminário sobre 2 anos de Junho de 2013 (2015)

Figura 3: Aula pública na UERJ (greve de 2016)

Figura 4: Seminário "150 anos do Capital" (2017)

4. *Eppur si muove*: imaginário e política para além da pandemia

Francisco J. M. Bedê [5]

Introdução

Um dos aspectos enigmáticos e essenciais da vida social, que reiteradamente nos confronta e nos desafia no esforço de sua elucidação, diz respeito às mudanças no horizonte da imaginação histórica. Nas distintas formações sociais em cada período, alguma modalidade de relação entre o visível e o invisível – o imaginável e o inimaginável, o possível e o impossível – impõe-se como uma matriz geradora no processo histórico, sendo ao mesmo tempo uma resultante dos processos concretos e o elemento central em sua conformação[6]. Quando fixada e estabilizada, essa imaginação histórica parece ganhar "vida própria" e erguer-se como uma espécie de *zeitgeist* que estabelece o horizonte definidor da vida social em seu conjunto[7]. Ainda assim, tal matriz permanece uma realidade contingente e antagônica, existindo no engajamento (conflitivo) de indivíduos e coletividades para com os impasses concretos. Em cada acontecimento e cada processo – mesmo que cifrada e erroneamente enquadrada por nossa (des)apreensão – a relação entre os sujeitos e a imaginação histórica está sempre, em alguma medida, posta em questão, sobretudo em se tratando dos processos políticos.

[5] Sociólogo, doutorando em Teoria Social (IESP-UERJ). Mestre em Teoria Social (IESP-UERJ). É integrante do Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) do IESP-UERJ. Desenvolve sua pesquisa de doutorado no campo da teoria social e política, tendo como objeto a centralidade do imaginário para a compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas a partir do diálogo entre teoria social geral, sociologia política e teoria Pós-marxista. Email: franciscojuliaomb@gmail.com

[6] Ver Zizek (1996, p.7-38).

[7] Castoriadis (1982) é o principal teórico da imaginação histórica, concebendo-a como a auto-alteração do imaginário social por intermédio de sua institucionalização, possuindo uma faceta de estabilidade e ordenação (sociedade instituída) e uma faceta de inesgotável fluidez e radical autonomia (sociedade instituinte). Nos deteremos em sua concepção de imaginário mais adiante.

Em andamento, e sem previsão quanto ao seu fim, a crise desencadeada pelo novo vírus Sars-CoV-2, por sua amplitude e intensidade, incidirá fortemente sobre o imaginário ao nível global. Os efeitos imediatos de tal crise, vistos ao longo do ano de 2020, compõem a realidade concreta do sofrimento: as transformações radicais no cotidiano e das medidas econômicas e sanitárias de larga escala implementadas pelos Estados ao redor do mundo (bem como dos desdobramentos políticos no bojo desse contexto). Não obstante, os efeitos simbólicos e subjetivos da vivência da pandemia e dos atos que essa desencadeou permanecem sobretudo "virtuais", como o não-senso que tensiona nossos universos de sentido e impacta a "realidade psíquica" do Inconsciente. Seu componente político decisivo está em aberto e seu sentido concreto haverá de ser retroativamente fixado através da imaginação histórica. Nesse aspecto central, a pandemia está ainda por acontecer.

Sendo assim, é preciso que voltemos os holofotes para o imaginário e para as tendências constitutivas das atuais coordenadas globais[8]. Somente por esse caminho torna-se possível identificar os antagonismos e as possibilidades de transformação na (e através da) imaginação histórica, que viabiliza percorrer apropriadamente as trilhas da pandemia enquanto acontecimento político definidor desse começo de século. Quais as tendências decisivas desse mundo atingido pela pandemia? Estando o fenômeno político sempre no cerne da instauração, conservação ou transformação de tais processos tendenciais, como definir analiticamente sua especificidade? E como identificar a modalidade de política atualmente hegemônica? Sendo o imaginário a dimensão pela qual o horizonte histórico é regulado – fixando ou rompendo uma dada forma de amarrar o que está visível àquilo que está invisível (e que sustenta o que se vê) – qual o arcabouço teórico-metodológico ao qual a sociologia pode recorrer para investigá-lo e qual é o imaginário atualmente reinante em se tratando dos processos tendenciais decisivos no âmbito global?

O presente texto visa indicar alguns caminhos e fundamentos potencialmente relevantes para confrontarmos essas questões. Evidentemente, o primeiro passo é compreender a pandemia como o desarranjo que atinge um mundo em crise continuada, experimentando impasses cujas causas são complexas e multidimensionais. Em se tratando da materialidade e da economia política – ponto de partida imprescindível desde Marx, não obstante o descartável determinismo que permeia seu modelo – essa crise continuada resulta do entrelaçamento de fatores como: I) as mudanças tecnológicas

[8]Sobre a noção de tendência, ver Domingues (2018, pp. 117-52).

paradigmáticas implicadas na "produção material da existência", resultantes sobretudo dos desenvolvimentos em setores como a bioengenharia, a microeletrônica, a inteligência artificial e as tecnologias de informação em geral; II) os desdobramentos imediatos e a aproximação do ponto de não-retorno do colapso ambiental produzido no bojo da acumulação capitalista[9]; III) as tendências instauradas pelo regime neoliberal, e pela divisão internacional do trabalho a ele associada, de financeirização irrestrita e "inviabilização" de projetos de desenvolvimento autônomos e igualitários, que acarreta em níveis até então impensáveis de concentração de poder e recursos nas mãos de um número cada vez mais reduzido de indivíduos e organizações[10].

Por sua vez, os aspectos especificamente políticos desse contexto de crise são mais difíceis de serem isolados. Em parte, porque o desafio de pensar a forma e a dinâmica dos sistemas políticos modernos, bem como o desafio de pensar a relação entre as conjunturas políticas e a conformação de tendências de curto-médio prazo (os *ciclos políticos*), permanece afastada do horizonte teórico e político contemporâneo. Por outro lado, é também o caso que a teoria social carece de categorias analíticas capazes de lidar com o antagonismo social – a ausência de fundamentos inerente aos sujeitos e às instituições –, que transforma a vida social em objeto de conflito marcado pela indecidibilidade e ausência de parâmetros objetivos (fenômeno por vezes referido enquanto "o Político", estando em contraposição à mera política). A própria definição e análise do neoliberalismo em sua especificidade de fenômeno político depende da possibilidade de captar esse traço decisivo.

Segundo a tradição, a frase *Eppur si muove* ("no entanto ela se movimenta") teria sido murmurada por Galileu quando, perante a Inquisição, foi forçado a renunciar de sua tese de que a Terra se movia em torno do Sol. Em geral utilizada para afirmar que a verdade objetiva permanece verdade, independente das crenças daqueles que buscam rejeitá-la, Žižek (2013, pp. 13-16) aponta como tal frase funciona também para referir-se às verdades simbólicas (não-literais), à realidade daquilo que, estando aquém (ou além) da objetividade imediata, ainda assim exerce poder causal e nos move[11].

[9]Para uma discussão da geopolítica e dos antagonismos relativos à crise ambiental contemporânea no contexto da pandemia, ver Bringel (2020).

[10]A respeito da inviabilização de projetos políticos igualitários no mundo neoliberal, ver Streeck (2016). Para as tendências de financeirização global e as tendências geopolíticas associadas à divisão internacional do trabalho, ver, respectivamente, Harvey (2005) e Arrighi (1996).

[11]"[…] como a própria frase '*Eppur si muove*', que pode ser falsa como fato histórico sobre a vida de Galileu, mas é verdadeira como designação de sua postura subjetiva quando foi obrigado a renunciar a suas visões." (Žižek, 2013, p.14).

É essa modalidade de "*eppur si muove"* que se faz presente no *vazio* inerente à vida social. No fato de que seu sentido não possui fundamentos últimos para além do próprio engajamento conflituoso de indivíduos e coletividades, fazendo do fenômeno político a expressão derradeira da imaginação histórica. Não por acaso, esse "*eppur si muove"* das "verdades ficcionais" é a definição mesma do imaginário, a realidade dos sentidos metafóricos – bem como dos apegos e vínculos subjetivos – que (ao tornarem-se hegemônicos) fazem as vezes de ponto de ancoragem que articula nossas práticas e discursos, o "estofo" que provê alguma consistência aos nossos universos simbólicos ainda que (ou exatamente porque) sejam irredutíveis a qualquer lógica ou literalidade.

A modernidade política a partir da teoria social

Tendo como bússola a teoria social, a proposta é que nos engajemos numa formulação introdutória desse "*eppur si muove*" próprio à política para, em seguida, avançar em algumas indicações em torno do conceito de imaginário na teoria Pós-marxista e sua potencial relevância para a elucidação do neoliberalismo. Busca-se aqui a possibilidade de um enquadramento multifacetado da política que inclua as relações de força e o sistema político moderno, e que abra caminho para conceber seu traço mais fundamental de antagonismo, por meio de uma conexão mais clara entre a política e o imaginário, devido à centralidade da ordem normativa para a subjetividade e a vida social. Por sua vez, as bases para essa confluência se darão através do tópico da *modernidade política*, referente à maneira como a questão social e existencial do poder e da autoridade – intimamente vinculada à questão dos universos de sentido – encontra uma forma de matriz geradora no horizonte normativo moderno[12].

Tratando da teoria social, nosso objeto é a dinâmica interativa conformada por indivíduos e coletividades no processo histórico, dinâmica que está na raiz da dialética entre memória e criatividade social (DOMINGUES, 1995 e 1999, pp. 31-68). Padrões e matrizes são continuamente mobilizados e (re)produzidos na espaço-temporalidade da vida social em seus variados ritmos e extensões (GIDDENS, 2013, p. 129-190; DOMINGUES, 2004, p.65-84) – um movimento que adquire concretude e inércia tanto na materialidade dos processos históricos quanto nos universos simbólicos e no exercício do poder – ao mesmo tempo que a alteridade e a possibilidade do surgimento de novos padrões e matrizes não somente tensiona a memória social, mas é também

[12]Para a noção de questão social existencial e uma teoria da modernidade política a partir do imaginário e da forma do direito moderno (em explícito paralelo com a "forma do valor" de Marx), ver Domingues (2018, pp.61-92; 2019a).

inevitavelmente mobilizada em qualquer processo interativo (JOAS, 1992; CASTORIADIS, 1982, p. 218-58). É a partir dessa dinâmica que o imaginário se impõe como o elemento decisivo na instauração de uma ordem normativa inerente à subjetividade e às instituições, uma ordem que regula a dialética entre memória e criatividade social, sendo esse o objeto por excelência da política: a relação dos sujeitos com o problema da norma ou, em outras palavras, a relação entre o "particular" e o "universal" (LACLAU & MOUFFE, 1985, pp. 93-194 ; ŽIŽEK, 2016, p. 143-262).

Esse papel ordenador da normatividade *não* pode ser reduzido à maneira como os sujeitos conscientemente se identificam com certas regras no decorrer da vida social. Nesse sentido, é equivocado compreender a norma como um fenômeno de natureza imediatamente moral ou valorativa. Na realidade, a norma corresponde mais diretamente à criação de um ponto de referência por meio do qual indivíduos e coletividades fixam um universo de sentido, enquanto elemento que estabelece o sentido organizador que está para além da vivência imediata de sujeitos específicos e por intermédio do qual esses sujeitos articulam suas intenções, sentimentos, práticas e discursos. Está mais próxima, portanto, da ideia de "ponto de ancoragem" (*point de capition*) presente na psicanálise lacaniana e mobilizada no âmbito do Pós-marxismo por Laclau e Mouffe (1985, pp. 93-148) e por Žižek (1992, pp. 126-48)[13]. Trata-se de entendimento também presente na ideia de *razão normativa* desenvolvida por Foucault (2008), referente à dinâmica na qual algumas formas de "verdade" organizam os discursos e as práticas, moldando os sujeitos e operacionalizando os mecanismos de poder decisivos num certo contexto[14].

Como afirmado, essa ordem normativa está diretamente relacionada ao exercício do poder e à política. Qualquer norma é sempre uma resultante do equilíbrio mais ou menos instável das correlações de força, sendo necessário que o sentido organizador e "trans-subjetivo" da normatividade em questão constitua o vetor de forças preponderante num dado contexto histórico. Ou seja, é preciso que indivíduos e coletividades façam valer tal normatividade no que é relativo aos mecanismos de poder, sejam esses diretamente coercitivos e/ou mais sutilmente empregados na pressão dispersa

[13] Castoriadis (1982, pp. 201-308) possui uma construção semelhante em sua noção de sociedade instituída enquanto "coletivo anônimo" que serve de ponto de referência simbólico para os indivíduos, embora por vezes apresentando algumas inclinações holísticas. A respeito da normatividade na teoria de Castoriadis, ver Adams (2016).

[14] Embora a ausência de uma análise da subjetividade e dos universos de sentido, bem como a ausência do tema da política propriamente dita, sejam certamente um entrave no caso de tal conceito. Para um esforço de sanar algumas das insuficiências no pensamento de Foucault, ver Brown (2015) e Butler (2017).

cotidianamente exercida na vida social como um todo[15]. No que diz respeito às sociedades modernas, isso significa que a normatividade vigente e os interesses do *bloco no poder* (POULANTZAS, 1980, p. 141-86) quase sempre convergem, de modo que as coalizões políticas e a luta no (e através do) Estado estão obviamente no centro das possibilidades de conservação ou transformação da ordem normativa – bem como a luta entre as forças presentes na sociedade civil e no sistema político como um todo.

Não obstante, essa relação estreita entre a norma vigente e as relações de força pode ser facilmente enganosa, fazendo perder de vista que está em jogo a dinâmica na qual um dado universo de sentido é fixado e mobilizado pelos sujeitos, tornando-se o elemento que define suas vidas e sua própria subjetividade. Como pioneiramente argumentado por Gramsci, trata-se da construção de um senso comum e do vínculo ético-político (uma *vontade coletiva*) que conecta indivíduos e coletividades entre si, consolidado na instauração um *ethos*, de uma forma de vida definidora de um *bloco histórico* (GRAMSCI, 1999; HALL, 1984; KALYVAS, 2000; MOUFFE, 1979). É esse o aspecto da política que encontra raízes no liberalismo e no *direito moderno* que, através do instituto da cidadania, define um sujeito individual e livre em igualdade abstrata com os demais indivíduos-cidadãos, e assim provém a matriz geradora das relações entre os sujeitos por intermédio da lei e do Estado. Estabelece, por conseguinte, o lócus da autoridade política e a divisão Estado-sociedade característica dos sistemas políticos modernos (DOMINGUES, 2019a).

O ponto de partida para a possibilidade de uma crítica efetiva ("imanente") é justamente que o mecanismo explicativo central do fenômeno político – a instauração de alguma forma de normatividade que organiza a formação social em sua totalidade – adquire um tipo de explicitação e institucionalização no âmbito da modernidade, na qual a ordem legal e a autoridade política são formalmente estabelecidas como sendo uma expressão da vontade soberana de indivíduos livres[16]. A instituição social é explicitamente apresentada como uma criação social-histórica, resultante de uma decisão contingente do conjunto dos cidadãos, que transforma a imaginação histórica (a "sociedade instituinte") em objeto de conflito do próprio *ethos* no qual os sujeitos estão inseridos[17].

[15] A análise desses mecanismos dispersos e menos visíveis de aplicação da força, em especial na construção da normatividade, foi apresentada sobretudo por Foucault (1999 e 2008) e Bourdieu (2000 e 2002).
[16]Sendo esse o aspecto mais concreto e efetivo no mito do contrato social. Ver Domingues (2019a, pp. 17-25).
[17]Em outras palavras, existe crítica porque existe invenção democrática. Ver Castoriadis (1987, pp. 255-346) e Lefort (1986).

Se a democracia, a soberania popular e a realidade do *demos* (da coletividade igualitária e instituinte) não se verifica historicamente como algo necessário e largamente presente – ou mesmo realmente possível – na vida concreta das diversas coletividades que compuseram e compõe a modernidade, o fato é que o seu fantasma é definidor do universo de sentido dessa civilização (CASTORIADIS, 1987 pp. 255-346; KALYVAS, 2016; ŽIŽEK, 2016, p. 243-51).

Imaginário, pós-marxismo e o horizonte histórico neoliberal

Ainda que brevemente, abordaremos como esse carácter estruturante do elemento normativo nos leva diretamente ao antagonismo social e à maneira como o imaginário constrói a realidade social. O pressuposto é de que a sociologia pode encontrar um arcabouço consistente sobre essa questão ao recorrer à teoria pós-marxista. Compreendida aqui como o conjunto de autores que – apresentando divergências tão relevantes quanto as convergências – partiram da teoria crítica marxista rumo a uma ontologia pós-fundacional derivada da "virada linguística" e da psicanálise, tais teorias parasse concentram na compreensão do fenômeno político e sua relação com centralidade da subjetividade e dos universos simbólicos na vida social (BRECKMAN, 2013)[18]. Recorremos aqui às obras de Laclau e Mouffe e, sobretudo, Castoriadis e Žižek, para argumentar sobre sua potencial relevância para a elucidação do horizonte neoliberal, o horizonte histórico ao qual nos encontramos amarrados na América Latina e globalmente.

Na concepção de tais autores, o carácter antagônico do fenômeno político decorre do fato que esse elemento normativo organizador e "trans-subjetivo" que os sujeitos mobilizam *não* possui uma fundamentação objetiva, sendo sempre marcado pela indeterminação e pela contingência na definição de seu sentido concreto (LACLAU & MOUFFE, 1985, p. 93-195; CASTORIADIS, 1982, p. 385-418; ŽIŽEK, 2008, p. 46-63). Ou seja, a normatividade introduz não apenas a organização e os vínculos que possibilitam a assim chamada integração social e a existência de algo como uma "cultura", mas também a *negatividade* (LACLAU & MOUFFE, Idem; ŽIŽEK, 2016, p. 89-142), o "vazio" simbólico que gera o conflito irremediável a respeito dos sentidos e das coordenadas da vida social em sua totalidade.

[18]Embora tenha sido empregado originalmente por Laclau e Mouffe para se referirem a sua própria obra, trata-se em geral de uma forma ecumênica de classificação e não de uma autodenominação por parte de tais autores. Para além dos aqui mencionados (Laclau, Mouffe, Castoriadis e Žižek), o termo incluiria também autores como Alain Badiou, Eric Santner, Claude Lefort, Fredric Jameson, Stuart Hall, Terry Eagleton, etc.

Essa negatividade é o que estaria na raiz da sempre latente fratura do corpo social, na impossibilidade de identidades plenamente pacificadas (expressando a incapacidade da linguagem de realmente capturar a subjetividade[19]). Evidentemente, esse traço impacta e define também o universo inaugurado pelas revoluções políticas modernas e pela liberdade igualitária pressuposta nos direitos fundamentais. Menos que um referente unívoco dotado de um sentido delimitado, o universo de sentido moderno existe mais como uma realidade decorrente do próprio engajamento conflituoso dos sujeitos para com esse universo, como um objeto-causa que produz uma miríade de sentidos díspares e projetos políticos antagônicos entre si, desde o projeto revolucionário radical encarnado no comunismo (BADIOU, 2012; DEAN, 2017), até a "silenciosa" revolução conservadora encarnada no (atualmente hegemônico) neoliberalismo. Não por acaso, a própria matriz central da modernidade – a tradição liberal – é definida por impasses e conflitos a respeito da "verdade" em seu núcleo, sendo mobilizado como elemento articulador de sentidos altamente dispares em suas implicações para a vida social e política concreta[20].

Essa realidade do sentido normativo – o fato de que é desprovido de referencialidade, sendo marcado pela indeterminação e pela contingência – é o que revela a sua natureza *imaginária*. O sentido imaginário é exatamente aquele que não pode ser extraído das relações de identidade e diferença que constituem o aspecto "organizado" dos universos simbólicos (o seu aspecto de *código*), ainda que desse dependa para se efetivar, sobretudo em se tratando de sua institucionalização (CASTORIADIS, 1982, pp. 154-200; ŽIŽEK, 2016, pp. 27-142).

Embora isso possa ser entendido como derivando da natureza inerente às figuras e imagens[21], Castoriadis é mais preciso ao afirmar que não se trata de imagens enquanto tal, mas sim que o cerne de todo universo simbólico é constituído por remissões conotativas ("não-canônicas"). Esses feixes de remissão produzem os deslocamentos e condensações próprias aos sentidos metafóricos mobilizados na articulação dos discursos e das práticas dos sujeitos, sendo mais diretamente evidenciados em construções

[19]É por essa razão que, apoiando-se em Lacan, tanto Laclau quanto Žižek afirmam que, ao contrário do Eu (um objeto resultante das múltiplas camadas de identificação), o sujeito propriamente dito não é definido pela identidade, e sim pela negatividade (na linguagem psicanalítica, *o sujeito é vazio*). De forma semelhante, embora com elaborações distintas, Castoriadis afirma que, ao contrário do indivíduo (sempre uma criação da sociedade instituída), o sujeito é *não-identitário*, definido pela imaginação radical calcada no "abismo" do inconsciente.

[20]Para uma reflexão em torno, por exemplo, das vertentes do pensamento liberal que encaminhariam uma concepção forte de soberania popular e democracia (a "política do extraordinário") em contraposição à concepções conservadoras e elitistas, ver Kalyvas (2016).

[21]Para uma interpretação da teoria de Castoriadis centrada nessa concepção de imagem, Bottici (2014).

simbólicas tais como mitos, narrativas, ficções e fantasias (CASTORIADIS, 1987, p. 347-443 e 1982, p. 385-418). "Denotando quase nada e conotando quase tudo" (1982, p.154-59), essa amálgama de sentidos metafóricos consiste no "estofo" de qualquer normatividade e provê sua consistência, e vincula a concretude do fazer e do representar de indivíduos e coletividades à dinâmica "magmática" das *significações imaginárias sociais*, que organizam o mundo e a vida social sem que sejam elas mesmas redutíveis à qualquer organização.

Por outro lado, tal como apontado por Žižek, é fundamental atentar para a tensão (interna ao imaginário) entre as ideologias enquanto *ficções simbólicas* – modalidades de discurso e de construção da identidade que consistem em "ilusões" e mecanismos voltados para resguardar a normatividade vigente, tamponando nosso vínculo para com essa ordem e afastando a confrontação para com as implicações desse vínculo – e o nosso imaginário efetivo, que não se refere à ideologia propriamente dita, mas sim à amálgama de sentidos que operam nas ambivalências, alusões e remissões mobilizadas em nossa enunciação e na construção de nossas posturas subjetivas ao nível tácito, compondo a ordem normativa propriamente dita (ŽIŽEK, 2017, p. 243-62)[22].

Nesse sentido, é também imprescindível levar em conta como toda normatividade precisa apoiar-se nas inclinações sensíveis e nos apegos que indivíduos constroem ao nível "privado" (inconsciente), sendo sobretudo nesse terreno que se estabelecem os vínculos e os compromissos dos sujeitos para com os universos simbólicos e, por essa razão, é impossível analisar o imaginário efetivamente reinante num dado contexto sem partir das *realidades afetivas* nele implicadas[23].

Um tipo de renovação teórica calcada na análise crítica do imaginário se faz especialmente premente no atual momento histórico. As tendências políticas associadas ao (neo)liberalismo que têm prevalecido ao longo das últimas décadas – conformando regimes de oligarquia liberal avançada (regimes oligárquicos que mantêm um arcabouço institucional liberal-democrático)[24] – esses operam especialmente pelo biopoder e por mecanismos de governamentalidade (FOUCAULT, 2008), apostando no cultivo do

[22] Essa diferenciação também se faz presente (embora de forma menos sofisticada) na obra de Castoriadis (1982, pp. 122-200), correspondendo à diferença entre o "imaginário derivado" (a nossa relação imaginária com o mundo social-histórico), que em geral estaria implicado nas diversas formas de heteronomia, e o "imaginário primeiro" que corresponderia ao modo como os sujeitos concretamente instituem um dado universo social-histórico. A respeito dessa diferenciação, ver Cabrera (2008, pp.15-36).

[23] Ver Žižek (2016, pp. 265-328) e Castoriadis (1982, pp. 154-200).

[24] Na definição de Domingues (2019b), regimes liberais são regimes mistos, compreendendo desde democracias liberais propriamente ditas até variações mais oligárquicas e autoritárias (para além da possibilidade, ainda não realizada, da democracia radical).

imediatismo e na direção por meio da dispersão (JAMESON, 1997, p. 1-54; LACLAU, 2011, pp. 47-66). Nesse contexto, a normatividade derivada de um imaginário autoritário e excludente interpela os sujeitos de modo cifrado e elusivo, constrói vínculos e apegos para com a ordem estabelecida sobretudo nas entrelinhas e nos não-ditos (ŽIŽEK, 2016, p. 275-99). Constitui-se, enfim, o paradoxo de uma política que contorna (e anula) a política. Não por acaso, o sonho do projeto neoliberal é o sonho de um mundo pós-político: um mundo onde a imaginação histórica seja apagada e onde a política não exista enquanto tal.

Como é notório, é esse o horizonte histórico que irrompe desde a década de 80, na instauração da hegemonia neoliberal, envolvendo a construção de um novo imaginário e de uma nova geopolítica encarnada no Consenso de Washington, no novo *zeitgeist* que se expressa na ficção do "fim da história" e, por fim, na construção de um novo modelo de acumulação flexível associado à inovações paradigmáticas nas forças produtivas (HARVEY, 1992). Por essa razão, o período neoliberal pode ser lido como correspondente de uma nova era da modernidade global, uma terceira fase da modernidade (DOMINGUES, 1999, p. 203-30), que produz novas lógicas e matrizes mesmo nas mais distintas esferas do cotidiano e do *ethos* na vida social, atravessando desde a cultura global e a estética (JAMESON, 1997) e estendendo-se até as sociabilidades e ideologias atreladas diretamente à atividade capitalista (BOLTASNKI & CHIAPPELO, 2009).

Das definições e hipóteses sobre tal fenômeno, destacam-se duas abordagens aparentemente conflitantes que focam, respectivamente, nas contradições do processo de acumulação capitalista (bem como na crise dos sistemas políticos que decorre dessas contradições) e nos processos de subjetivação vinculados à instauração da normatividade. Primeiramente, trata-se da abordagem de Wolfgang Streeck (2014 e 2016) que identifica os impasses da acumulação capitalista que levam do ocaso do Welfare State – do fato que os capitalistas rompem com o horizonte histórico do pós-guerra (movimento que teria resultado da reação à política de pleno emprego e direitos sociais universais) – aos impasses pós-crise financeira de 2007. Na visão do autor, as contradições vinculadas à impossibilidade de compatibilizar a acumulação capitalista com um modelo de Estado capaz de legitimar-se (simultaneamente) junto aos capitalistas e à classe trabalhadora permanecem incontornáveis, sendo apenas adiadas por intermédio de uma série de subterfúgios financistas ("*money magic*") associados à inflação, ao endividamento público e ao "keynesianismo privatizado" (endividamento do público consumidor junto ao setor financeiro) que permitem ao capitalismo "comprar tempo".

Se para Streeck (2016, pp. 47-72) o "fim do capitalismo" é o inevitável destino da era neoliberal – uma espécie de regime "cadavérico", um sistema em decomposição incapaz de produzir uma vida social e politicamente minimamente estável e integrada, ao mesmo tempo que não se faz presente nenhum projeto político capaz de deslocá-lo e substituí-lo –, Wendy Brown (2015) concebe o neoliberalismo como uma espécie de razão normativa que silenciosamente desfaz a existência do *demos* e inviabiliza a produção de sujeitos políticos, reduzindo a democracia e a política a uma casca vazia. O neoliberalismo se expressa na racionalidade que define o sujeito como capital humano que compete no mercado em busca de valorização e atração de investidores (uma lógica de capital como capital financeiro): é esse princípio de realidade, essa *verdade*, que passa a ser aplicada a todos os domínios da vida humana que, dessa forma, é reduzida a uma "mera vida". Em todos os espaços e relações o sujeito trata a si mesmo e é tratado como um capital humano competindo por valorização, de tal modo que o domínio da luta pela "subsistência" material passa a coincidir com a vida enquanto tal (BROWN, 2015, p. 17-46 e 115-222).

Considerações finais

Pensar a política a partir do imaginário – e vice-versa – é uma via essencial para unificar esses dois tipos de abordagem, permitindo analisar a instauração e dinâmica de uma "razão normativa" como elemento articulador do mundo social, ao mesmo tempo que não se perde de vista como tal normatividade é indissociável da economia política, das correlações de forças e dos antagonismos inerentes à imaginação histórica.

Por esse caminho, que toma a teoria social como bússola e incorpora as contribuições Pós-marxistas, é possível identificar o que aqui entende-se como sendo a realidade metafórica (o imaginário reinante) que fundamenta o *money magic* financista e a inércia "cadavérica" do regime neoliberal apontados por Streeck, tendo sido identificada por Brown como um elemento de cunho religioso e (equivocadamente) entendido pela autora como lógica auxiliar e distinta do neoliberalismo propriamente dito: o *absolutismo de mercado*, a demanda sacralizada de sacrifício e entrega total às exigências e ditames do financismo[25].

O impacto político substancial da pandemia, ainda em vias de se concretizar, estará associado sobretudo à questão de qual será seus efeitos relativos a esse absolutismo. Tanto no antagonismo social quanto no esforço de análise crítica, o problema do horizonte

[25]Ver Brown (2015, p. 201-22).

da imaginação histórica estará no centro do palco e se fará imprescindível a atenção para com a subjetivação e os afetos, especialmente em função do altamente eficaz mecanismo de poder que define o neoliberalismo, identificado com precisão por Wendy Brown: a criação de sujeitos cujo horizonte não inclui a política (e, creio que se faz fundamental acrescentar, sujeitos que *rejeitam ativamente* reconhecer e abraçar a realidade da política). Nesse impasse da história contemporânea, convêm não subestimar o peso e a indeterminação dos universos simbólicos, tampouco dos apegos e dos compromissos subjetivos para com esses universos, valendo para o neoliberalismo o mesmo que para as forças empenhadas em sua superação: *eppur si muove*.

Referências

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BADIOU, A. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOTTICI, C. **Imaginal politics – Images beyond imagination and the imaginary**. New York: columbia University Press, 2014.

BRECKMAN, W. **Adventures of the Symbolic: Post-marxist and radical democracy**. New York: columbia University Press, 2013.

BRINGEL, B. 2020. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. **Revista de Estudios sobre espacio y poder***,* Madri, *p. 173-187.*

BROWN, W. **Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BOURDIEU, P. **Pascalian Meditations**. Stanford University Press, 2000.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil*,* 2002.

BUTLER, J.; **A vida psíquica do poder** – Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

BUTLER, J; LACLAU; E. ŽIŽEK. S. **Contingency, Hegemony, Universality**: Contemporary Dialogues on the Left. London/New York: Verso, 2000.

CABRERA, D. et al. **Fragmentos del caos** – Filosofía, sujeto y sociedad em Cornelius Castoriadis. Buenos Aires: Biblos, 2008.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **As Encruzilhadas do Labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As Encruzilhadas do Labirinto II**- Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As Encruzilhadas do Labirinto III**- O Mundo Fragmentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 – 1992.

DOMINGUES, J. M.; Emancipação e História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Critical Theory and Political Modernity**. London: Palgrave Macmillan, 2019a.

_____. **Ensaios de Sociologia** – Teoria e Pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMJ, 2004

_____. **Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____. **Sociological Theory and Collective Subjectivity**. Londres: Macmillan e Nova York: Saint Martin's Press, 1995.

_____. Political regimes and advanced liberal oligarchies. **Constellations**, v. 26, n. 1, p. 78–93, 31 mar. 2019b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Marins Fontes, 2008.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Volume 1, 3 e 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALL, S.; LUMLEY, B.; MecLennan. **Politics and Ideology in Gramsci**. In: On Ideology, Londres: Hutchinson, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **A brief history of neoliberalism**. Nova Iorque: Oxford University Press, USA, 2005.

JAMESON, F. **Postmodernism, Or the Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

JOAS, H. **The creativity of action**. Cambridge: Polity Press, 1992.

KALYVAS, A.; **Democracy and the Politics of the Extraordinary**: Max Weber, Carl Schmitt and Hannah Arendt. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

_____. Hegemonic sovereignty: Carl Schmitt, Antonio Gramsci and the constituent prince. **Journal of Political Ideologies**, 5:3, pp. 343-376, 2000.

LACLAU, E. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**. London/New York: Verso, 1985.

MOUFFE, C. **Hegemony and Ideology in Gramsci**. In: Gramsci and Marxist Theory, pp. 168-204, Londres: Rolltledge and Kegan Paul Ltd; 1979.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

STREECK, Wolfgang. **Buying time**: the delayed crisis of democratic capitalism. London: Verso, 2014.

_____. **How will capitalism end?** - Essays on a fallen system. Londres: Verso, 2016.

ŽIŽEK, S. **Eles não sabem o que fazem**. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda, 1992.

_____. **O Espectro da Ideologia**. In: Um Mapa da Ideologia, pp. 7-38. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **O sujeito incômodo**: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. São Paulo: Boitempo, 2013.

Figura 5: Seminário interno do NETSAL (2013)

Figura 6: Seminário internacional Global Modernity and Social Contestation (2012)

5. Desafios Latino-Americanos: uma resenha de crítica social

Humberto Fernandes[26]
Maria Eduarda Tavares[27]
Marília Closs[28]

Introdução

A atualidade da América Latina compreende transformações sociais muito dinamizadas, que igualmente promovem uma produção científica em função do global, do regional e do local. Debates atuais tratam de superar correntes e visões de mundo naturalizadas e estáticas que, sobretudo, aprofundam a dependência epistemológica do subcontinente latino-americano em relação ao sistema-mundo. Esta problemática traz à tona esforços intelectuais de promover a autonomia e a emancipação do pensamento Latino-Americano. Como pensar a América Latina a partir da segunda década do século XXI? Qual o atual debate da teoria social sobre o imaginário, a semântica e os processos do subcontinente?

Esta revisão crítica apresenta três obras recentes de referência regional: de Edgardo Lander, "Crisis Civilizatoria*"* (2019); de Fernando Calderón e Manuel Castells, "La Nueva América Latina*"* (2019); assim como a obra "Hacia la Renovación de la Teoría Social Latinoamericana" (TORRES, 2020), coletânea de artigos escritos no âmbito do Grupo de Trabalho Teoria Social e Realidade Latino-Americana do Conselho Latino-

[26] Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Mestre em Sociologia pela UDELAR (Uruguai), e Bacharel em Relações Internacionais pela UCAM/IUPERJ. Pesquisador em sociologia do conhecimento, informação, subjetividades coletivas e epistemologia social. Assessor internacional e docente estagiário da UENF, investigador do NIPEC/UNIFLU e do NETSAL. Bolsista pela CAPES.

[27] Mestranda em Sociologia pelo IESP - UERJ, pesquisadora do NETSAL e bolsista do CNPq. Bacharela e licenciada em Geografia pela UFF. E-mail: mariaeftavares@gmail.com

[28] Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ, pesquisadora do NETSAL e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) e bolsista pela CAPES.

americano de Ciências Sociais (CLACSO). Estas três obras abordam tanto os processos multidimensionais estruturais da América Latina quanto modos inovadores de pensar a região a partir da teoria social. Neste artigo, primeiramente descreveremos as três obras, para então apresentar uma discussão crítica entre elas e a literatura social e política. Devido à natureza da coletânea do livro do CLACSO, utilizaremos alguns de seus doze artigos (catorze autores no total) como contraponto teórico transversal à análise crítica de ambas as obras do Lander e a do Calderón e Castells.

Lander e a crise civilizatória

Em 2019, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander lançou seu livro "Crisis Civilizatoria: experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana", pela editora do Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS). Seguindo em sua agenda sobre balanços dos projetos de esquerda na América Latina, o objeto principal do livro é a resposta de governos progressistas latino-americanos ao que ele chama de crise terminal multidimensional do padrão civilizatório moderno-colonial. Mais especificamente, Lander se debruça sobre as experiências boliviana, equatoriana e venezuelana.

Seu argumento principal é que estes projetos fracassaram como transformações anticapitalistas e como alternativa à modernidade colonial. Frente às crises antropocênicas, patriarcais, classistas, coloniais e racistas (pág. 14) que vivemos hoje - ou seja, que colocam a própria sobrevivência humana em jogo - as experiências na Bolívia, no Equador e na Venezuela não têm respostas à altura. Mais que isto: para Lander, tem-se "o esgotamento histórico do socialismo estadocêntrico como alternativa tanto ao capitalismo quanto à civilização em crise" (pág. 147); junto a isto, a reflexão crítica sobre estes modelos tem sido sistematicamente marginalizada.

Para caracterizar a crise que vivemos hoje, que Lander identifica como multiforme e multidimensional, o venezuelano parte da discussão sobre o padrão civilizatório da modernidade colonial e seus impactos ambientais e ecológicos. Ao entrar no extenso debate sobre o antropoceno e mudanças climáticas, Lander critica os projetos ligados ao desenvolvimento sustentável e economia verde - que, para ele, não passam de mercantilização da natureza e nova relação assimétrica entre norte e sul nos mercados de carbono.

Os projetos progressistas na Bolívia, no Equador e na Venezuela, apesar de suas particularidades, centraram seus projetos em 3 elementos: 1) na luta pela superação da

dominação dos EUA; 2) na luta pela superação do capitalismo; 3) na luta por novas formas de desenvolvimento. No entanto, a condução a estes objetivos foi feita pela via da construção imaginária de um Estado nacional popular - ou seja, centrado no próprio Estado - e na lógica de modernização do Estado. Isto fez com que tensões e contradições emergissem dentro dos projetos, sobretudo no que diz respeito ao controle dos bens comuns (com destaque para os recursos naturais) e que, em última instância, colocava em oposição a lógica da soberania nacional com a lógica de soberania popular.

Ainda que Lander discorra sobre a importância da construção do Estado Plurinacional boliviano e da vontade política de rompimento ontológico e epistemológico com a modernidade colonial presente nos textos constitucionais de Bolívia e Equador, tratam-se de horizontes utópicos, e não de desenhos jurídicos formais. Junto a isto, não se desprenderam dos imaginários do desenvolvimentismo: não há apenas a manutenção de lógicas e políticas extrativistas que orientam as políticas econômicas dos governos, mas há, também, o aprofundamento da dominação colonial e a manutenção dos três países na divisão internacional do trabalho e da natureza. O boom de commodities foi a base econômica e de legitimidade que sustentou os governos, que mantiveram as condições de monocultor extrativista dos países. Com isso, Lander conclui que há consequências perversas a partir dessa lógica de produção, já que o extrativismo não apenas é modo de produção de mercadorias, mas também transforma e organiza relações sociais. Para ele, o modelo extrativista conforma o modelo de sociedade, tipo de Estado, de regime político e subjetividades e imaginários coletivos. O que ele define como neoextrativismo, é esse extrativismo *temporário* que serviria à acumulação de capital durante governos progressistas para ter capacidade de financiamento dos projetos de transformação social, que não vieram a ocorrer, pois o extrativismo ainda segue sobre a lógica mercantilista e de maximização da acumulação capitalista.

Vale apontar que não somente à interna dos Estados os projetos de esquerda foram minados pelos *padrões cognitivos* e *sentidos comuns* imperialistas. Esta matriz epistemológica de interdependência trouxe também uma regionalização dos processos socioeconômicos em função da maior movimentação simbólica intrarregional. Apesar da relativa autonomia geopolítica em questões de integração regional, o próprio institucionalismo característico da modernidade política gerou a incapacidade do subcontinente de se reinventar, principalmente quando os esforços para integração não largaram de mão a subalternidade colonial, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC),

Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e o projeto Iniciativa para a Integração Infraestrutural Regional Sul-Americana (IIRSA). De acordo com Lander, com uma ótica neoliberal, tais projetos propunham uma maior competitividade regional (infraestrutura, acordos e mercado regional) no entanto causando transformações no espaço-tempo, impactando comunidades e povos.

Como o próprio autor lembra, os projetos de esquerda se institucionalizaram (e, portanto, se modernizaram, se estratificaram, e adotaram monovisões de mundo atrelados às estruturas nortecêntricas) e, consequentemente, deixaram de reconhecer as próprias comunidades, povos tradicionais e indígenas e movimentos sociais que levaram a esquerda ao poder em base a retóricas democráticas, plurais e de cultura ecológica. Lander critica a falta de crítica intergovernamental, especialmente em ambientes de integração regional onde a ideologia cega dos projetos progressistas impediu autocrítica e crítica coletiva sobre processos de expropriação, conflitos sociopolíticos, corrupção, entre outros.

Calderón, Castells e a nova América Latina

O livro "La Nueva América Latina", escrito por Fernando Calderón e Manuel Castells, foi publicado originalmente em espanhol no ano de 2019, pelo Fondo de Cultura Económica, com previsão de lançamento no Brasil para o próximo ano. Neste livro, ambos os autores discorrem sobre os momentos mais recentes pelos quais a América Latina vem passando, que, segundo eles, é um momento de profunda crise. A região passou por intensas transmutações ao longo das duas primeiras décadas do século XXI ao se incorporar à economia global, o que gerou enormes desigualdades na sociedade latino-americana, sendo este argumento, o fio condutor do livro.

A teoria de Castells, da sociedade-rede e as novas TICs, enquanto novos meios mais complexos e heterogêneos de disseminar a informação, aparece ao longo do texto. Desde esta perspectiva busca explicar a maior intensidade e transnacionalidade tanto dos movimentos sociais, quanto dos fluxos de bens e serviços, legais e ilegais, das redes diaspóricas, e, fundamentalmente, nas cadeias de valores no setor produtivo do sistema-mundo, com o *extrativismo informacional*, em uma tecnoeconomia. Esta tecnoeconomia demanda conhecimentos compartilhados em nível global que permitam explorar territórios segundo as técnicas e conhecimentos locais. Entra-se em choque então não somente com movimentos sociais de íntima relação com o território (como indígenas, povos tradicionais, camponeses, periferias expropriadas e destituídas), mas também com

a retórica original dos governos progressistas (de cultura ecológica, pluralismo e progresso) que não promoveram alternativas aos modos de produção tradicionalmente coloniais.

Como ponto de partida, o livro indica que o processo de globalização da região se dá a partir da nomeação de uma economia neoliberal e de um papel onde predominam a exclusão e a individualização (como a negação do outro, a desconfiança generalizada nas instituições). Em grosso modo, os autores dão ênfase ao enorme investimento na urbanização em massa, às mudanças culturais, especialmente na estrutura da família com base no novo papel da mulher e do feminismo e as transformações no espaço público, que romperam limites nacionais por serem cada vez mais globais. Ambos procuram analisar e enquadrar as transformações do continente a partir das diferentes dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Em seguida, os autores procuram sintetizar o que seriam as possíveis características explicativas da América Latina do século XXI e apresentam algumas análises sobre os diversos temas relacionados à região como a economia do tráfico internacional de drogas (demandas de mercados ricos e divisão produtiva regional) e sua profunda perpetração no Estado (conivência com Instituições do estado coercivo, corrupto e intimidatório, conflitos entre facções e acumulação de capital por vias ilegais); a crise da Igreja Católica (e o vazio preenchido pelo cristianismo renovado e outras religiosidades mais individuais e verticais) a comunicação digital (e os novos imaginários gerados pela massificação global de redes de informação como a internet e a individualização trazida pelo espaço virtual como forma de tecnossociabilidade, o novo espaço público glocal da interação virtual); os movimentos sociais (formas de resistência cultural, multiculturalismo, lógicas de identidade); a corrupção estatal (cooptação por elites econômicas e internacionais); e o patriarcado (novas configurações familiares e transformações da divisão do trabalho em função do gênero) por exemplo.

Embora a região tenha avançado em alguns aspectos, o continente continua sendo extremamente desigual. O modelo neoliberal que predominou durante a primeira fase da transformação induziu à desigualdade generalizada e desencadeou explosões sociais que levaram ao seu próprio colapso. Um novo modelo, o neodesenvolvimentismo, emergiu dessa crise quando governos populares nacionais foram eleitos em vários países. Quanto mais o Estado intervinha na economia, mais ele se tornava vulnerável à corrupção, até que a economia do crime desenfreada penetrou nas instituições do Estado. As classes médias altas defendendo seus privilégios e os cidadãos indignados com a corrupção das

elites políticas revoltaram-se contra os novos regimes, minando o modelo do neodesenvolvimentismo. Esse foi o caso da crise de legitimidade em alguns países como o Equador, Brasil, Bolívia e Venezuela.

Em meio ao descontentamento político, novos movimentos sociais abriram caminhos de esperança. A transformação da América Latina foi moldada por movimentos sociais e conflitos políticos. No horizonte de possibilidades, encontramos a importância do trabalho soberano na sociedade latino-americana e o surgimento desses novos movimentos sociais, como as mulheres, a ecologia e a ética na política com os jovens. A *Kamanchaka* (horizonte negro), como traz Calderón, é uma palavra aimará que significa uma nuvem que desce das alturas e inunda os vales andinos; é uma nuvem negra, densa e asfixiante. Segundo as lendas e mitos dos quais está associada, este nevoeiro desorienta e bloqueia totalmente a visão. Assim acreditam os autores que a América Latina se encontra. Milhões de pessoas vivem em enormes áreas metropolitanas, onde o fator dominante é a violência, o medo e a economia criminosa. E propõem que por mais que os movimentos sociais estejam interconectados, ainda tem que superar o pensamento que os mantêm separados. Assim como cada grupo social deve traçar suas próprias rotas de fuga para a crise.

Renovações da Teoria Social na América Latina

O livro "Hacia la Renovación de la Teoría Social Latinoamericana" é um conjunto de artigos do Grupo de Trabalho Teoria Social e Realidade Latino-americana do CLACSO, editado por Esteban Torres e publicado em 2020. Nele, cientistas sociais da América Latina propõem um projeto intelectual emancipatório, que permita superar a *dependência intelectual*, a modo de pobreza na produção de conhecimento social na região. O livro contém 12 artigos divididos em três seções, sendo a primeira relacionada com a América Latina enquanto objeto compreendido pelo pensamento social, ao passo em que a segunda seção trata de alternativas teóricas que rompam com a dependência intelectual. A terceira sessão possui a republicação do artigo de Jose María Aricó, que desde sua primeira publicação em 1981, já alimentava "as expectativas de realização autonomista".

Sobre o livro como um todo, Esteban Torres sistematiza três práticas de produção teórica na América Latina que tem sido observadas como condicionantes dos fluxos intelectuais no continente. A imitação teórica viria a reativar as crenças nortecêntricas e reproduzir a carga intelectual dominante, além de externa à realidade latino-americana.

A crítica teórica inseriu um contraponto às teorias dominante sem, no entanto, proporcionar uma solução que superasse a problemática da dependência. A criação teórica, por outro lado, é uma prática onde a crítica provê novas categorias e enquadramentos teóricos mais próximos da investigação social e da nossa própria realidade.

No entanto, o autor propõe uma divisão entre a criação teórica *zumbi* e a criação *autonomista*. A criação *zumbi* promove uma ruptura apenas discursiva, enquanto que aprofunda a dependência intelectual a partir de uma série de operações antiemancipatórias. Estas operações-*zumbi* são a imposição de preferências individuais enquanto problema coletivo, o reconhecimento exclusivo de visões nortecêntricas, a negação de visões nortecêntricas desde um extremismo decolonial e, consequentemente, negando proposições próprias de teóricos latinoamericanos e o autorreferenciamento sem a socialização do conhecimento produzido em uma produção individualista. Longe de todas estas operações contraproducentes ao desenvolvimento da teoria social latinoamericana, este livro promove "uma nova agenda coletiva para a produção teórica autonomista" (TORRES, 2020, p.13).

A teoria autonomista, diferentemente, se orientaria a problematizar questões públicas regionais sem perder seu *princípio mundialista*, desde correntes eurocêntricas até as latinoamericanas. Estas últimas provêem o *humus identitário*, ou as especificidades do pensamento social da América Latina. Estas teorias autonomistas tendem a distinguir o europeu, como um polo legitimado e estabelecido de produção de conhecimento, o europeizado, como um sintoma já existente no pensamento latinoamericano, e o europeizante, como uma disposição intelectual em processo. Do mesmo modo, o autonomismo diferencia a autonomia, como experiência e aspiração genuínas no âmbito da geopolítica, a autarquia se define como um enclausuramento e negação defensiva. A última diferenciação importante é a dependência, como uma expressão histórica e com caráter de dominação, e o legado, que vem a ser a possibilidade de autonomia produzida através da história.

Em grosso modo, as inovações teóricas da obra visam superar a dependência intelectual aprofundada pela criação teórica zumbi. Para a América Latina enquanto entidade *para si* e *no mundo* (seção 1), há uma movimentação histórica secular pela disputa da apropriação mundial em função de integrações desde acima, desde abaixo e ondas de independência. Também as experiências estéticas e culturais intrínsecas da América Latina, atravessadas pelo global, se emancipariam através de novas expressões

criativas. A proposição do conceito *acumulação entrelaçada* que enriquece os debates marxistas em função da reprodução econômica e o papel global da América Latina neste processo. Também a dinâmica da semântica europeia, como forma de compreender o mundo, que levou séculos para integrar-se às possibilidades de entendimento da América Latina em uma modernidade transitória.

Torres propõe uma teoria sistemática que permita explicar as mudanças sociais na América Latina fugindo do determinismo estruturado eurocêntrico e *desde acima.* Em sua proposta, os movimentos históricos se dão em função de um *jogo de apropriação mundial*, em uma dialética constante entre processos ascendentes e descendentes, centrífugos e centrípetos, construindo a dinâmica sociohistórica de independência e integração, assim como de dependência e de fragmentação. Como proposta de uma teoria da ação coletiva, o autor oferece os conceitos analíticos de *ondas desde acima*, *ondas de independência* e *ondas desde abaixo*. Estas ondas seriam causadas por *impulsos*, que por sua vez são gerados por ideias, que como *germens* simbólicos, germinam o social e ampliam os impulsos (do micro ao macro) com possibilidade de coletivização e alcance nacional e regional. Desde esta perspectiva, perceber a América Latina enquanto seu papel no mercado global (tanto econômico quanto na Divisão Internacional do Trabalho) é parte de uma apropriação desde o centro, ao mesmo tempo em que se pode perceber a mesma região, desde abaixo, uma possibilidade de transformar estas funções econômicas definidoras.

Guilherme Leite Gonçalves e Sérgio Costa (2020) propõem o conceito de *acumulação entrelaçada* que se difere do caráter violento e persistente da acumulação marxista originária (ou primitiva) em base a expropriações cada vez mais crescentes e mais naturalizadas. A acumulação entrelaçada vem a ser uma dinâmica inter-processual que ocorre no curso dos distintos momentos do capitalismo em expansão. Parte-se da noção de desigualdades entrelaçadas, uma categoria de macroanálise onde as desigualdades se inter-relacionam geograficamente (no mundo) e historicamente (através do tempo), além de se condicionarem socialmente. A acumulação capitalista entrelaçada se refere à interconexão e interpenetração dos processos capitalistas ao redor do mundo, através da história entre as próprias dimensões categóricas do capitalismo.

Bringel (2020) aporta com uma sistematização das matrizes político-ideológicas que populam o imaginário regional latino-americano e produzem ações e interações sociais, com especial atenção aos movimentos sociais. Em processos de agregação, justaposição e, principalmente, conflito, estas matrizes (indígena-comunitária, afro-

antirracista, nacionalismo periférico, agrarista, socialista, feminista) representam uma dimensão bem maior e mais fundamental das disputas sociais, que permite a interrelação global dos movimentos e suas demandas.

Para Domingues (2020), a Teoria Crítica pode ajudar a América Latina a superar os limites modernos impostos sobre o político, separando-o de outras dimensões da vida como o social, os direitos, a economia, o individual e a comunidade. Faz-se necessário realizar uma transformação radical em um exercício conceitual sobre elementos e dimensões desta modernidade política fragmentada, em contra de um marco político cuja semântica pré-estabelecida impede a reformulação ontológica de elementos inovadores o suficientes para uma transformação radical nas definições sociais, em especial com respeito à democracia.

Discussão crítica e possíveis diálogos entre as obras

As obras de Lander e de Calderón e Castells dialogam bastante segundo as dinâmicas conflituosas e constitutivas da realidade social, política e cultural da América Latina. Ambos os livros fazem uma crítica quanto à crise multidimensional em que vive a América Latina, em muito propiciada pelos próprios governos progressistas que originalmente continham em sua retórica um desenvolvimento baseado em sustentabilidade, pluralismo, democracia, Direitos Humanos e ecologia. Porém, no curso das ações governamentais, os processos de acumulação seguiram pelo caminho já trilhado de um neoliberalismo colonial moderno. Enquanto Lander aponta para a reprodução das formas de produção colonial extrativista pelos governos progressistas, Calderón e Castells enquadram os resultados deste desenvolvimentismo dissimulado em diversas temáticas transversais como *desenvolvimento desumano*, movimentos sociais, corrupção estatal, cooptação do Estado por oligarquias, o patriarcado, novas formas de tecnosocialização, entre outros. De fato, um ponto crítico é a oligarquização dos sistemas políticos, inclusive dos governos progressistas, "que as transições democráticas - e inclusive os governos de "giro à esquerda"- não quiseram ou não souberam superar" (DOMINGUES, 2019).

A América Latina nunca deixou de ser agroexportadora, tendo a sua posição e lugar no mundo asseguradas por um sistema global de produção. Lander demonstra como os governos progressistas na América Latina pecaram em não conceber modos alternativos de produção que permitissem adequar a ação política à retórica original dos governos de base popular, mantendo um padrão de colonialismo moderno em base ao

extrativismo, à acumulação por destituição e desapropriação e controle da natureza. Calderón e Castells refinam esta reprodução da dependência enquanto setor primário na América Latina a partir das inovações, especializações e técnicas em forma de novos conhecimentos que aprofundam o papel latino-americano de produtor-exportador de matérias primas, que viajam em fluxos simbólicos junto das cadeias produtivas e de valor. Falero (2020, p. 178) menciona o histórico papel proeminente da função econômica da América Latina dentro do cenário global, enquanto determinante definidor do imaginário regional. Mais que isso, o sociólogo uruguaio aponta que a integração latino-americana é percebida internamente como um projeto político alternativo que possibilitaria sair da posição economicamente subalterna sem, ao tanto, modificar sua estrutura extrativista.

Sobre o campo semântico da produção teórica, Alfredo Falero contribui que a geração de conceitos explicativos está conectada a legados e capacidades criativas limitadas pelo pensamento hegemônico. Abrir novos saberes seria, pois, a produção do conhecimento a partir da abertura semântica e linguística em base às próprias vivências regionais, como, por exemplo, o termo "Estado plurinacional" que vem a desafiar o modelo europeu "Estado-nação" (2020, p. 179). Bringel menciona o *repertório político-conceitual* que se reinventa através do tempo e dá sentido às ações coletivas como *anti-imperialismo* e *descolonização* (BRINGEL, 2020, p. 214). É exatamente essa criatividade social singular do imaginário latino-americano que, segundo Lander, produziria perspectivas e modos de vida alternativos capazes de superar as ações enquadradas neste padrão civilizatório contraproducente e colonial. Por mais que Lander não ofereça uma alternativa, ele estimula a que exercitemos imaginar o progresso desde fora do sistema-mundo capitalista, pois foi exatamente este o tropeço dos governos progressistas, de prometerem uma realidade sociopolítica diferente utilizando-se dos mesmos meios e ferramentas disponíveis pelo sistema capitalista global.

A dimensão territorial é elementar para a compreensão sociológica, sobretudo a latino-americana junto de questões ao redor do desenvolvimento e de imaginários mais criativos e alternativos (BRINGEL, 2020, p. 220). Neste tema, Lander (2019) recorre a questões territoriais intrínsecas dos movimentos indígenas, campesinos e povos tradicionais, que não somente deixam de ser reconhecidos pelos próprios governos progressistas que prometeram reconhecê-los – para Calderón e Castells, a rigidez hegemônica da institucionalidade impede este reconhecimento plural –, mas também são expulsados, desapropriados para que a terra possa ser explorada ou utilizada em função de um projeto linear de desenvolvimento de cunho extrativista. Nesta perspectiva, estes

movimentos de matriz político-ideológica indígena-comunitária, que em um movimento ascendente, desde abaixo, tornou o indígena desde uma perspectiva neoliberal capitalista de um ator excluído e rural para uma perspectiva pluralista democrática de sujeito revolucionário em lutas globalizadas, em conflito especialmente com as coletividades de matriz político-ideológica agrarista e nacionalista-periférica (BRINGEL, 2020). Como aportam Gonçalves e Costa (2020), neste entrelaçamento permanente e inovador do capitalismo de encontrar novos espaços para a exploração e acumulação de capitais ocorre uma reconfiguração completa do entorno, social, jurídico, político, cultural e simbólico (GONÇALVES & COSTA, 2020, p. 96), transformando, assim, a relação intersubjetiva, social, e, especialmente, entre a sociedade e a natureza.

Um ponto de contato fundamental que parece haver entre as três obras diz respeito à identificação e à caracterização das crises pelas quais a América Latina passa. Enquanto Lander discute a crise multidimensional do padrão civilizatório moderno-colonial que atravessa a América Latina, a coletânea do CLACSO propõe uma dimensão epistemológica da região a partir destes conflitos como modo de superar a colonialidade na dependência da produção de conhecimento na teoria social latino-americana. Calderón e Castells, por sua vez, expõem os conflitos sociais, políticos e culturais a partir de cortes transversais temáticos. É importante notar, no entanto, que se tratam de crises entrelaçadas: se Lander aponta que os governos "progressistas" não souberam responder às crises multidimensionais, trata-se de ausências de projetos de longo prazo que respondam a isto nas esquerdas latino-americanas. Assim como Torres (2020) fala de *zumbização* - ou da importação automática - da teoria social de centros globais, pode-se refletir sobre as concepções ligadas a Estados nacionais que se espelham em organizações estatais do norte global e marginalizam reflexões críticas. Neste mesmo sentido, Araújo (2020, p. 230) aponta que

> Como consequência, os conceitos que se criaram a partir do húmus histórico-social das sociedades do centro-oeste, e que serviram de base para o posterior desenvolvimento teórico sociológico, acabaram funcionando como referência para o estudo de outras sociedades, muito distintas daquelas.

Isto tem como consequência, por exemplo, a oposição entre soberania nacional e soberania popular, como foi apresentado por Lander. As crises de projeto da esquerda latino-americana são, também, crises de teoria social.

Neste debate, José Maurício Domingues (2019) pede para irmos mais além das rupturas que a modernidade trouxe em relação ao sistema estatal e ao sistema societal para aprofundar e defender a democracia contra a mesma oligarquia que tem servido a

interesses capitalistas e neoliberais, sendo estes governos progressistas ou não. Alfredo Falero contribui que "sair do posicionamento global periférico específico - que não é estritamente a luta contra o "extrativismo"- é o que marca o projeto sociopolítico alternativo" (FALERO, 2020, p. 178). Em outras palavras, superar a dependência multidimensional é conseguir autonomia e emancipação por meio de uma transformação radical não somente da compreensão da América Latina, mas também dos modos de operacionalização política destes horizontes utópicos *concretos*.

Sobre os possíveis caminhos emancipatórios da sociedade latino-americana e a sua relação com a produção de conhecimento, Araujo (2020, p. 230) insere-se neste debate, de maneira preliminar, definindo a modernidade da seguinte forma: como um "processo histórico e como fonte de um conjunto de ferramentas conceituais" que ao se assumir como uma referência comparativa em relação aos países do norte passa a ter um caráter normativo e problemático aos países latino-americanos. A autora preocupa-se com a renovação teórica do continente, tendo como marco teórico da produção do conhecimento, a própria modernidade como um empecilho epistemológico. Ou seja, a sua crítica não é externa à sua própria forma de produção intelectual, o que complexifica o seu argumento.

Dessa forma, Araujo propõe como possível solução o esquecimento da existência da modernidade como operação estratégica e metodológica. Assim como Araujo, Domingues reconhece que o problema da modernidade está muito entrelaçado à constituição histórica da realidade latino-americana e que não poderia ser entendido como algo externo à sua existência. Segundo ele, "não há, aparentemente, tendência que nos leve para além da modernidade política" (p. 282), embora o autor reconheça que uma maior centralidade à autonomia e à materialidade da vida social, seriam possíveis caminhos de emancipação e de mudança. Isto é, nossas possibilidades de ação emancipatórias se inserem no imaginário moderno, porém devemos encontrar formas de aprofundá-la ou tensioná-la em seu âmago.

Considerações Finais

Hoje na América Latina, a discussão sobre o fortalecimento da extrema-direita ou do neoliberalismo autoritário parece ser uma constante nas Ciências Sociais, assim como há um consenso sobre a multidimensionalidade das crises que o subcontinente tem passado. Para estas discussões, Castells e Calderón e Lander nos trazem elementos fundamentais para as análises. As análises promovidas pelo Grupo de Trabalho Teoria

Social e Realidade Social do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, no entanto, parecem ir além, já que tem buscado apontar rumos para a reflexão crítica na América Latina.

O que percebemos de modo geral é um esforço da teoria social em promover uma profunda ressignificação da América Latina que se caracteriza por uma *transicionalidade permanente*, ou seja, em constante formação epistêmica e ontológica sobre si mesma. Os esforços atuais tendem a encontrar não somente uma identidade latino-americana a partir de sistemas de rupturas, similaridade e diferenciação e criatividade social, mas também de promover a prática de uma organização social transformada que dê conta das problemáticas sistêmicas que, históricamente, oligarquias têm conseguido instituir, apesar da reação social e dos movimentos periféricos e marginalizados.

O que percebemos é que ainda precisamos resolver temas que nos assombram: como superar as práticas enraizadas e naturalizadas do capitalismo neoliberal que (ainda) minam a democracia? Como redefinir o desenvolvimento sem falhar com o progresso sustentável, com a diversidade sociocultural e a pluralidade da natureza? Como organizar a reflexão crítica e normativa sobre as múltiplas crises que a América Latina vive hoje?

Referências

ARAUJO, Kathya. Una estrategia para las ciencias sociales: olvidar la modernidad. TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y realidad latinoamericana: una lectura histórico-teórica. TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **La nueva América Latina**. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2019.

DOMINGUES, José Mauricio. Teoría Crítica, sociología política y la reapertura del horizonte histórico. TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

_____. Political regimes and advanced liberal oligarchies. **Constellations**, v. 26, n. 1, p. 78–93, 31 mar. 2019b.

_____. **Critical Theory and Political Modernity**. Springer, 2019.

FALERO, Alfredo. América Latina: entre perspectivas de analisis y proyecto sociopolítico. In: TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. De la acumulación originaria a la acumulación entrelazada. In: TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

LANDER, Edgardo. **Crisis Civilizatoria**: experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana. Zapopan, México: CALAS, 2019.

TORRES, Esteban [ed]. **Hacia la Renovación de la Teoría Social Latino-americana**. Buenos Aires: CLACSO, 2020.

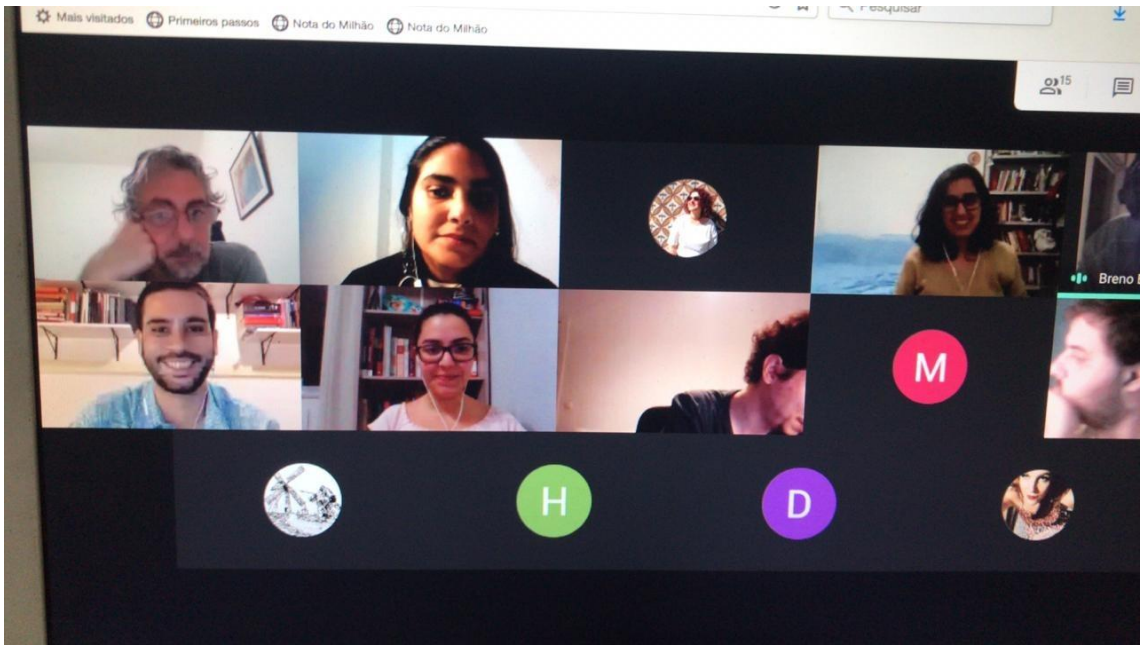


Figura 7: Reunião virtual durante a pandemia de covid-19 (2020)

Figura 8: pesquisadoras e pesquisador do NETSAL no encontro da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS, 2019)

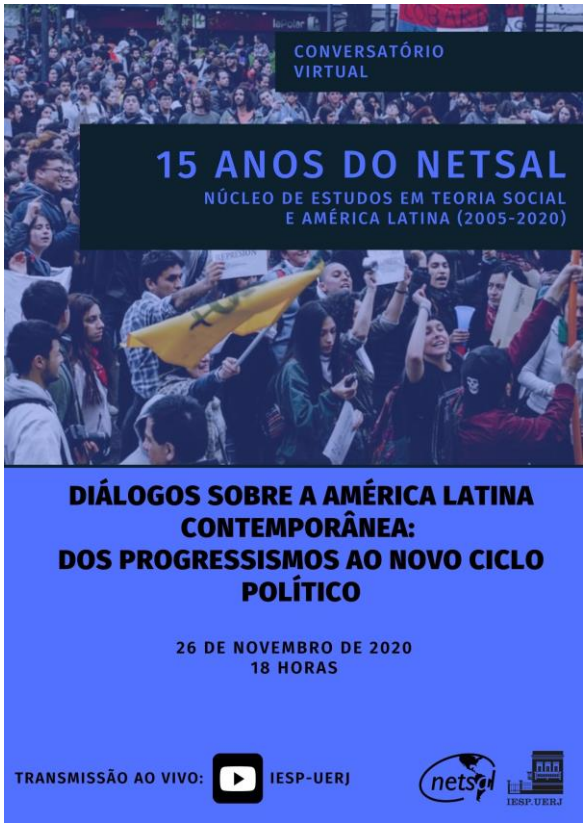
Figura 9: Momento de confraternização entre coordenadores, pesquisadores e amigos do NETSAL

6. Apêndice

EVENTOS

- Simpósio Internacional "**The Conservative Blacklash: Brazil in Comparative Perspective**" (Berlim, fevereiro / 2020, co-organizado pelo NETSAL)

- Conversatório "**NETSAL 15 anos - Diálogos sobre a América Latina contemporânea**" (evento virtual, novembro /2020)



PUBLICAÇÕES

- Livro "**Alerta Global: Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia**", editado por Breno Bringel e Geoffrey Pleyers.
Disponível em:
https://www.clacso.org.ar/clacso/novedades_editoriales/libros_clacso/pais_autor_libro_detalle.php?id_libro=2224&campo=autor&texto=6570&pais=2.

- Livro "**Hacia la Renovación de la Teoría Social Latinoamericana**", coletânea de artigos escritos no âmbito do Grupo de Trabalho Teoria Social e Realidade Latino-Americana do CLACSO. Disponível em:
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20200423102224/Hacia-la-renovacion.pdf.

- "**Comunica América Latina**", publicação realizada pelo Observatório de Movimentos Sociais da América Latina (números 1 e 2). Disponível em: http://netsal.iesp.uerj.br/publicacoes/observatorio/.